

ONDE ESTÁ A MESQUITA ALJAMA DE LISBOA? DA CONSTRUÇÃO DE UM MITO URBANO AOS EQUÍVOCOS DA ARQUEOLOGIA

Rosa Varela Gomes

NOVA/FCSH - Instituto de Arqueologia e Paleociências / História, Territórios e Comunidades
CFE - Associação dos Arqueólogos Portugueses
rv.gomes@fcsch.unl.pt

Mário Varela Gomes

NOVA/FCSH - Instituto de Arqueologia e Paleociências
Academia Nacional de Belas Artes – Academia Portuguesa da História - Associação dos Arqueólogos Portugueses
mv.gomes@fcsch.unl.pt

ABSTRACT

The city of Lisbon, heir to an opulent Islamic past, has insisted on hiding its testimonies of buildings from that period. Nonetheless, since the 19th century and under the influence of Romanticism and along with the birth of Archaeology as a Science, that from the study of ancient literary information, the presence of some important constructions and, in particular, the great *aljama* or main mosque was given value. Archaeological excavations carried out in the cloister of the Lisbon Cathedral (Sé de Lisboa), which have been going on for three decades, claimed to have discovered the remains of that temple, which, well-orchestrated campaign in the media, made them widely reported. However, not even with some imagination is it believable that the remains of the structures exposed have belonged to the desired main mosque, as they do not have constructive or convincing morphological characteristics capable of supporting such a statement, such as the undeniable remains of the *mihṛāb*, the *qibla* or the minaret, tiled or stone flooring, bases, shafts or column capitals, fragments of decorated stucco, inscriptions, etc. Nor were there any artifactual testimonies or stratigraphic successions identified that contributed to that interpretation.

Keywords: Main Mosque, *aljama*, Cathedral, Lisbon.

RESUMO

A cidade de Lisboa, herdeira de opulento passado islâmico, tem teimado em esconder os testemunhos das edificações daquele período. Não obstante, desde o século XIX, por influência do romantismo e a par do nascimento da Arqueologia como Ciência, a partir do estudo da informação literária antiga, foi valorizada a presença de algumas importantes construções, nomeadamente da grande mesquita aljama ou principal. Escavações arqueológicas efectuadas no claustro da Sé de Lisboa, que decorrem há três décadas, pretenderam ter descoberto os vestígios daquele templo que, bem orquestrada campanha fez com que fossem largamente noticiados nos meios de comunicação social. Ora, nem com muita imaginação é possível acreditar que os restos de estruturas ali postas à vista tenham pertencido à almejada

mesquita principal, pois não apresentam características construtivas ou morfológicas convincentes, capazes de suportar tal afirmação, como sejam indiscutíveis restos do *mihrāb*, da *qibla* ou do minarete, pavimentos de tijoleira ou de pedra, bases, fustes ou capitéis de colunas, fragmentos de estuques decorados, inscrições, etc. Tão pouco ali foram recolhidos espólios ou identificadas estratigrafias que contribuíssem para aquela interpretação.

Palavras chave: Mesquita principal, aljama, Sé, Lisboa.

“A imaginação é livre; o que não é livre é mentir à história”
(ESTÁCIO DA VEIGA 1910: 224)

INTRODUÇÃO

A tradição popular e alguma historiografia europeia, cuja origem poderá relacionar-se com os ideais dos movimentos românticos, designadamente no concernente ao desenvolvimento de conceitos historiográficos e estéticos, conferindo importância específica ao que pertenceu ao passado, incluindo em especial ruínas, têm vindo a considerar genericamente que os antigos grandes locais de culto tiveram longa sobrevivência. Estes manter-se-iam, pelo menos, desde os templos romanos, que dariam origem a basílicas cristãs, depois a mesquitas e estas a igrejas cristãs, numa clara linha de continuidade ligada às manifestações sócio-religiosas. Temos de confirmar que tal por vezes aconteceu, decorrente da sacralidade atribuída a certos sítios, embora esse modelo não seja de aplicação universal, bem pelo contrário, ele é até raro.

No que respeita à Cristandade, aquela possível pervivência com alargada diacronia, encontra-se de acordo com o que, em 601, o Papa Gregório I (São Gregório Magno) escreveu, ainda antes de existir Islão, em carta enviada a abade, onde defende que *“os templos dos ídolos entre esse povo não devem em hipótese alguma ser destruídos. Os ídolos devem ser destruídos, mas os próprios templos devem ser aspergidos com água benta, e neles instalados altares e depositadas relíquias. Pois se esses templos são bem construídos, devem ser purificados do culto aos demônios e dedicados ao serviço do verdadeiro Deus”* (*Registrum Epistolarum Gregorii*) (EWALD e HARTMANN 1891; BAIGENT e LEIGH 2000: pp. 84, 85). Assim se confirmou a benignidade daquela prática cristã, recorrente nas Idades Média e Moderna, designadamente durante aquela última, nos continentes africano, americano e asiático, onde templos de divindades autóctones foram transformados em capelas ou igrejas. O sucesso desta apropriação ficou muitas vezes a dever-se a ações coercivas e à continuidade difusa dos conceitos de sagrado, beneficiando os usurpadores da existência de antiga clientela religiosa.

Na Península Ibérica, após a Reconquista Cristã, as principais mesquitas foram por vezes sagradas e adaptadas ao culto cristão sofrendo, ao longo dos anos, transformações em função das sucessivas exigências canónicas. Todavia, não raro subsistem testemunhos materiais do seu passado e uso primário, nomeadamente através de sectores ou a totalidade de edifícios, de elementos arquitectónicos reutilizados, da orientação de paredes, ou de testemunhos artefactuais. No território português, podemos referir a antiga mesquita de Mértola, presentemente transformada na Igreja de Nossa Senhora da Assunção, constituindo exemplo paradigmático da prática mencionada, mas único no actual território nacional. Este templo, apesar de readaptado, mantém elementos arquitectónicos islâmicos, como a forma da planta, a *qibla* com o seu *mirhāb*, de planta poligonal, decorado com arcarias e, talvez o minarete, tendo este sido adaptado em torre sineira, a que se soma a sua localização junto da alcáçova daquele núcleo urbano, conquistado pelos cristãos em 1238 (DGEMN 1953).

Dispomos de outros bons exemplos na Península Ibérica, referentes à reutilização de antigas mesquitas, tornadas em igrejas cristãs. Entre elas, conta-se a monumental mesquita de Córdoba, cidade conquistada em 1236, que deu lugar à sua catedral, mantendo-se a grandiosa arquitectura

e encontrando-se o *mirhāb* ao lado do altar-mor. Testemunhos mais antigos deste templo foram recuperados durante escavações arqueológicas, correspondendo a várias campanhas de obras ocorridas durante a administração muçulmana. Esta mesquita situava-se junto do palácio real (GOLVIN 1979: pp. 21-92; PAVÓN MALDONADO 2009: p. 189).

Nas intervenções arqueológicas acontecidas em espaços onde existiram mesquitas, mesmo naqueles substancialmente alterados ao longo do tempo, têm vindo a ser encontrados elementos arquitectónicos, reutilizados ou não, como aconteceu no pátio da igreja de São Salvador de Sevilha ou nos espaços em que se erguiam as antigas mesquitas aljamas de Tudela e Saragoça, entre outras (PAVÓN MALDONADO 2009: pp. 190, 191, 195, 212, 213).

A tradição e alguma historiografia portuguesa têm vindo a considerar que, com a chamada Reconquista, todas as mesquitas foram sagradas e adaptadas ao culto cristão ou simplesmente demolidas, jazendo os seus restos sob as principais igrejas, nomeadamente aquelas cujo orago é Santa Maria. Se tal aconteceu, conforme alguns textos aludem ou casos como a mesquita de Mértola e a de Córdova tão bem ilustram, tem ocorrido generalização fácil daquele comportamento, que esconde a verdade histórica.

O presente texto não pretende colocar hipóteses sobre a localização da antiga mesquita principal de Lisboa, o que pode parecer contrariar o seu título, mas sim demonstrar arqueologicamente que ela não se erguia no local onde hoje se encontra a Sé, como tenta problematizar as causas da existência de tradição errónea que ali a situa.

MAS O QUE É UMA MESQUITA?

O profeta Maomé (ca 570-632) transformou a sua singela casa na cidade de Medina, onde se tinha refugiado em 622 (Hégira), em espaço de reunião, de reflexão e de oração, tendo em vista o culto de um Deus único (*Allah*). Ele foi ali sepultado, tal como mais tarde os membros directos da sua família, tendo o califa al-Wali I, em 707-709 mandado erguer grande edifício, que incluía o espaço da casa do profeta e o seu mausoléu, considerado a primeira mesquita. Esta construção, com amplo pátio central, encontrava-se orientada na direcção de Meca e, na parede voltada para aquela cidade, a *qibla*, abria-se o *mirhāb*, espaço vazio onde se conceptualizava a presença da divindade única. A partir de então todas as mesquitas, com planta de forma quadrangular ou rectangular, possuem *qibla* dirigida para Meca, seja em que lugar estiverem do planeta, quer edificadas no Oriente, Próximo Oriente, Arábia, África ou na Península Ibérica (*al-Andalus*).

Aqueles templos podem mostrar dimensões muito variadas e serem edificadas com diferentes técnicas, devendo poder acolher todos os crentes das comunidades onde existem, para aí orar, estudar, reflectir, descansar e sobretudo encontrar Deus.

As mesquitas principais dos grandes núcleos urbanos, as grandes mesquitas ou mesquitas das sextas-feiras (*maschid chami*, *masjid jâmi*, *al-masjid al-jâmi*, *jami masjid*), constituem o espaço onde a comunidade se reúne para a oração do meio-dia, designada por *salât al-jum 'a*, assim como para assistir à alocução ritual *khutba* proferida a partir do *nimbar*. Esta cadeira alta é inexistente tanto nas mesquitas de bairro como nos oratórios e constitui importante elemento diferenciador (SOURDEL e SOURDEL-THOMINE 2013: pp. 60, 76, 82). Salvo raríssimas excepções, as grandes mesquitas situavam-se em locais elevados dos principais núcleos urbanos, beneficiando do privilégio de se encontrarem próximas do palácio principal, com o qual por vezes comunicavam, ou da alcáçova, não obstante a existência de outras mesquitas, as de menores dimensões, localizadas em distintos bairros das grandes cidades. Todas as mesquitas islâmicas oferecem características comuns, em particular a mencionada orientação da *qibla*, onde se abre o *mirhāb*, ambos sempre canonicamente dirigidos para Meca. As mesquitas mais tardias possuem, em anexo, *madrassa* ou

escola corânica, lavabos, complexo de banhos, sala para preparação dos mortos (*bayt al-janaez*), sala para refeições, biblioteca, etc.

Além do pátio interior, onde os crentes realizam as suas abluções antes de entrarem na sala de orações, outro elemento característico das mesquitas é o minarete, de onde os fiéis são chamados cinco vezes por dia para orarem. No caso das grandes mesquitas, o minarete deve encontrar-se bem visível de quem se aproxima do núcleo urbano através de diferentes quadrantes, localizando-se junto da porta principal de entrada na mesquita ou em uma das extremidades da sua fachada e muito raramente na *qibla* (FRISHMAN e KHAN 1997: p. 13).

Na Península Ibérica as mesquitas de diferentes períodos, nomeadamente as erguidas durante as administrações almorávida e almóada, obedecem aos convencionalismos mencionados, mas segundo modelos norte-africanos, dado ali terem nascido tais comunidades. Durante períodos de grande religiosidade e fundamentalismo cumprem-se escrupulosamente todos os preceitos, verificando-se simplificação ou ausência de temáticas decorativas, conforme se observa no *mirhāb* da antiga mesquita de Mértola (GOLVIN 1979: pp. 167-293). Mesmo pequenas mesquitas dos desertos árabe e norte-africanos, que conhecemos, por vezes sem paredes erguidas porque apenas marcadas no solo através de fiadas de pedras, ou outras singelas como as do *Ribāt* da Arrifana (Aljezur) (GOMES e GOMES 2007), encontram-se, sem excepção, canonicamente orientadas para Meca.

Nos últimos anos, têm vindo a ser identificadas em locais do Sul de Portugal, testemunhos de mesquitas rurais. Entre elas podemos referir a pequena mesquita no Castelo Velho de Alcoutim, a do Alto da Queimada em Palmela, Alto da Vigia em Sintra e a do Cerro da Mina em Almodôvar.

No *Ribāt* da Arrifana existe mesquita de maiores dimensões, que poderá corresponder à mesquita aljama do local, diferenciando-se das restantes oito ali identificadas, que são de bem menores dimensões.

Para certos autores haveria de considerar-se, como tendo origem em mesquitas, os templos cristãos cujos oragos são Santa Maria ou São Clemente, generalização extremamente abusiva que a investigação não pode aceitar. E é muito controversa a classificação como mesquita de edifício de Idanha-a-Velha, devida a Cláudio Torres (1992), dada a sua constituição, orientação, dimensões do possível *mirhāb*, entre outros aspectos (REAL 1995: pp. 66, 67; 2000: p. 42; FERNANDES 2006a).

IMAGINÁRIO E REALIDADE

TESTEMUNHOS LITERÁRIOS ANTIGOS

As notícias da presença de mesquitas, entre os distintos autores que escreveram sobre o ocidente do *Gharb al-Andalus*, correspondendo ao actual território português, circunscrevem-se a Iacube (? - 897) que refere a grande mesquita de Faro (*Kitab al-Budan* = Livro das Nações) (SIMONET 1985: p. 524), Idrísî (1154), a carta do cruzado, inglês ou anglo-normando, que participou, em 1147, na conquista definitiva de Lisboa, e a assinou simplesmente R. (AZEVEDO 1957; PIMENTA, 1982; LIVERMORE 1990; MARTINS 2017: pp. 264, 265; PICOITO 2022), Al-Himyarî (1231) e a mais tardia *Descrição do País de Al-Andalus e da sua Excelência (Una Descripción Anónima de Al-Andalus)* (século XIV). Naquelas, as únicas mesquitas mencionadas são as das antigas e actuais cidades de Faro, Évora e Lisboa.

Idrísî na obra *Kitâb Rudjar (Descrição da África e da Espanha, 1154)*, ao mencionar a cidade de Santa Maria do Algarve (Faro) diz que “ela possui uma mesquita aljama, nimbar e uma pequena mesquita” e, ao referir Évora, regista que a urbe “encontra-se dotada de alcáçova e de grande mesquita”. Ambos textos não explicitam as localizações dos templos. O mesmo autor fez breve descrição de Silves, mas não fala nas suas mesquitas.

Quanto ao cruzado, autor do texto, depois intitulado *De Expugnatione Lyxbonensi* (1147), que guarda a biblioteca do Corpus Christi College, em Cambridge, ele é também parco em informação sobre a grande mesquita de Lisboa: “Efectivamente, no seu templo, que se levanta em sete ordens de colunas com outras tantas abóbadas (...)” e adiante “(...) purificado o templo pelo arcebispo e por quatro bispos e instala-se aí a sede do bispado (...)” (OLIVEIRA 1936: pp. 108, 109; PIMENTA 1982: p. 122). E uma vez mais não se indica a localização de tão importante templo.

Também a mesquita de Faro foi lembrada por Al-Himyari (1231), nos seguintes termos: “*Santa Maria do Algarve (...) possui uma mesquita-catedral*”.

Em *Una Descripción Anónima de Al-Andalus* (séc. XIV) (ed. MOLINA 1983 pp. 56, 57) fez-se relação pormenorizada da cidade de Lisboa, das suas muralhas e portas, referindo-se os banhos, e muitos outros aspectos, mas sendo omissa no que respeita à existência de mesquitas ou à sua substituição por templos cristãos.

Na historiografia portuguesa o franciscano Frei Vicente Salgado (1786) e sobretudo Alexandre Herculano (1875) defenderam a ideia que todas as igrejas de Santa Maria foram edificadas sobre antigas mesquitas aljamas ou reutilizaram aquelas. Esta teoria interpretativa, destituída de provas históricas e arqueológicas, haveria de generalizar-se e, ainda hoje, encontra-se fortemente arraigada à investigação sendo quase maneira paradigmática de pensar e, até, considerada como traduzindo “*prática corrente*” (MATOS 1999: p. 37).

O primeiro daqueles historiadores na obra *Memórias Eclesiásticas do Reino do Algarve* (SALGADO 1786: p. 282), ao tratar da conquista de Silves, por D. Sancho I, em 1189, diz o seguinte: “*Feito El-Rei Senhor do Castelo, e querendo dar ao Céu um digno testamento da sua religião, mandou consagrar a Mesquita maior dos Mouros em Catedral.*” Esta afirmação é perfeitamente gratuita, pois o texto do cruzado anónimo, que descreve a conquista daquela cidade (*De Itinere Navali*) durante a terceira cruzada, nada diz sobre o assunto, registando apenas que “*o capitão da gente portuguesa escolheu para bispo de Silves hum clérigo flamengo*” (LOPES 1844: p. 40; MATOS 1999: p. 212). Aliás, no século XVII o historiador Jorge Cardoso (1657: p. 10) referiu que D. Sancho I mandou erigir naquela cidade Sé Catedral, ou seja edifício *ex-novo* (MATOS 1999: p. 118), talvez seguindo a *Crónica dos Cinco Reis de Portugal* que diz ter aquele rei ali construído “*huma igreja cathedral*” (BASTO 1945: p. 151). Tal teria tido lugar logo a seguir à sua primeira e efémera conquista cristã (1189). Todavia, a referência do mencionado erudito e religioso franciscano haveria de ser usada, sem recorrer às suas fontes, por João Baptista da Silva Lopes (1848: pp. 115, 116) ao escrever: “*Occupada a cidade pelos Portuguezes, mandou El Rei D. Sancho purificar a sua mesquita maior dos Mouros e convertê-la em Igreja Cristã*”. Esta afirmação segue apenas o que terá ocorrido, alguns anos antes, em Lisboa.

Alexandre Herculano (1875: p. 56), acreditado como fundador da moderna História Portuguesa, na *História de Portugal*, tomo III, ao mencionar Alcácer do Sal incorreu na generalização indicada e escreveu: “*muro de que, talvez foi mesquita muçulmana e que hoje é um pobre templo cristão*”. No que concerne à cidade de Évora, haveria o mesmo historiador de opinar, ajudando a construir o mito da sobrevivência dos lugares sagrados: “*Provavelmente o chamado templo de Diana [Romano], cujas magníficas ruínas ainda existem, servia de mesquita aos sarracenos d’Évora, se é que não era antes o sítio da Kassba, por estar a cavaleiro da povoação, sendo a mesquita no lugar onde hoje se edificou a Sé*” (p. 77, nota 2), acrescentando, “*mas a hora em que a cruz devia hastear-se no topo da célebre mesquita tinha, finalmente, soado*” (pp. 77, 78).

Um dos casos que demonstra, nos dias de hoje, forma de abusivamente interpretar alguns materiais arqueológicos encontra exemplo, entre outros, em texto de Helena Catarino (2009: pp. 120, 121) onde sobre achados avulsos do Castelo de Montemor-o-Velho escreveu: “*O aparecimento dos elementos arquitectónicos e decorativos de Montemor-o-Velho [dois capiteis e dois fragmentos de*

estuques decorados] *indicia a existência de um edifício islâmico, provavelmente mesquita edificada num momento posterior às campanhas de Almançor sobre Montemayor (...). Se, em 1026, os Muçulmanos ainda detinham esta fortificação, em 1034 ela volta ao domínio cristão, pelo que a mesquita teria sido transformada em igreja de Santa Maria*". Como vemos, a partir de dois capitéis, não se sabendo ao certo se um deles provém daquele sítio e de dois pequenos fragmentos de estuques decorados, afirma-se a existência de uma mesquita e até se lhe confere cronologia, exercício arqueologicamente inconsequente e prejudicial à construção científica. Podíamos dizer: Mas afinal quem disse que uma andorinha não fazia a Primavera?

Passemos em revista breve outros equívocos. Assim, Fernando Branco Correia (2013: pp. 75-87), seguindo interpretação do cónego Aires Varela (século XVII) considera que na igreja de Santa Maria da Alcáçova de Elvas, possivelmente se mantém parte da *qibla* e o *mirhāb* de mesquita, dada a existência de saliência visível no exterior da parede daquele templo voltada para sudeste. Neste caso, aquilo que parece corresponder ao *mirhāb*, pode ser uma capela com expressão na fachada lateral do templo, conforme agora se apresenta e não constituindo caso único na arquitectura religiosa. A actual planta do templo não corresponde à de uma mesquita, nem ali se observam quaisquer elementos arquitectónicos islâmicos. Todavia, só escavações e análises a partir da Arqueologia da Arquitectura poderão desvendar este assunto, que actualmente não passa de mera hipótese.

Em Silves, cidade algarvia tomada inicialmente pelos cristãos, quase meio século depois de Lisboa (1189) e definitivamente em 1248, conforme antes mencionámos, onde existia forte tradição da sua Sé ter sido edificada sobre mesquita. Realizámos intervenção arqueológica a sul daquele templo erguido após a conquista (GOMES 2006: pp. 113-221), tendo outras equipas prosseguido a investigação nos lados nascente, norte e poente. Nenhuma daquelas vislumbrou vestígios de mesquita, mas identificaram espaços habitacionais islâmicos sobrepostos por necrópole medieval cristã, por certo associada ao templo cristão (GOMES, CASIMIRO e VIEIRA 2014). Neste caso, a Arqueologia veio, uma vez mais, corrigir a tradição e possíveis testemunhos da mesquita maior de Silves haveriam de surgir em zona alta da cidade, nas proximidades da alcáçova, de onde provém bonito bocal de poço monolítico, de grés vermelho, com iconografia representando duas mesquitas e outros símbolos, provavelmente pertencente à *madrassa*, que o Museu Municipal de Arqueologia de Silves expõe (GOMES e GOMES 2000; GOMES 2013: p. 35).

Legendas de imagens como: "*Porta da Sé Catedral de Silves, edificada no espaço onde existiu (no séc. XII) a Mesquita da comunidade muçulmana local*" ou "*Interior da Sé de Silves, presumivelmente edificada, na sua traça primitiva, c. de 1189, no espaço onde existira a Mesquita muçulmana*" (MATOS 1999: pp. 31, 37), não encontram qualquer suporte nos testemunhos materiais ou literários disponíveis e apenas traduzem a errada tradição popular.

Também em Évora, onde se realizaram escavações arqueológicas na área exterior da cabeceira da sua Sé, a que assistimos, como na zona norte, apenas, surgiram testemunhos de edificações e artefactos romanos, desconhecendo-se quaisquer vestígios que pudessem ter pertencido a mesquita. O mesmo ocorreu nas sondagens que um de nós (MVG) dirigiu na igreja do Castelo de Moura, embora ali exista, reutilizada encastrada junto de fonte, *lápide comemorativa da construção do minarete de mesquita* (BORGES 1998: pp. 230, 231).

Escavações arqueológicas realizadas frente à Sé de Faro por Abel Viana (1949), nos anos quarenta da passada centúria, permitiram reconhecer estruturas, talvez de templo, e materiais romanos, como pré-romanos, mas sem qualquer tipo de relação com o passado islâmico.

A reutilização, continuada, de locais de culto, através de longa diacronia, como tem sido indiscriminadamente difundida, nem sempre tem sido arqueologicamente comprovada.

O CASO DA SÉ PATRIARCAL DE LISBOA

O conjunto monumental conhecido como Sé Patriarcal de Lisboa foi classificado Monumento Nacional em 1907 e, como qualquer grande edificação antiga, não se encontra no seu estado pristino. A sua construção poderá ter sido iniciada após a conquista de Lisboa, em Outubro de 1147, ou talvez em 1149 como alguns autores indicam, sendo o claustro a ela anexo, resultante de campanha atribuída incertamente ao reinado de D. Dinis, nos finais do século XIII ou nos inícios da centúria seguinte, momento em que se levantou grande muro de contenção de terras para nivelamento do solo. O templo beneficiou de obras de ampliação, nomeadamente de cabeceira com deambulatório, no reinado de D. Afonso IV (1325-1357), assim como de grandes campanhas de obras de reconstrução, após os terramotos de 1321, 1531 e de 1755, mas também dos finais do século XIX a meados do século XX, a maioria destas hoje chamadas de reintegração, de modo a restituir ao templo o seu aspecto românico (SUCENA 2004; SUMMAVIELLE 1986; FERNANDES 2006).

Desde a segunda metade do século XVIII, decorrendo da necessidade de reconstruir a Sé Patriarcal de Lisboa (Santa Maria Maior), severamente destruída pelo terramoto de 1755 e restaurada em 1776, que algumas vozes levantaram a hipótese de aquela ter sido edificada no local onde teria existido a mesquita aljama da cidade. Todavia, João Baptista de Castro (1763: pp. 334, 335) recusou aquela herança pristina nos seguintes termos: “(...) escrituras autênticas e outros testemunhos «autoritativos» mostram que a Sé foi fabricada desde os alicerces por D. Afonso Henriques”. Quase um século depois, António de Castro e Sousa, o Abade de Castro (SOUSA 1845: pp. 5, 6, 34), escreveria que “havia na Sé um subterrâneo sobre que se levanta o edifício e que foi posto a descoberto pelo terramoto de 1755”. O mesmo registou opiniões diversas sobre a ocupação do local onde se ergue aquele templo, desde a possível presença de basílica, do século IV, a mesquita ou ao lugar de templo romano, consagrado a Apolo ou ao Sol.

Com os ideais românticos que inegavelmente, ainda hoje, muito marcam o nosso pensamento sobre a construção de narrativas do passado e os conceitos de arte ou de património, a Sé de Lisboa foi sujeita às mais diversas comparações e interpretações sobre a sua origem, algumas que podemos mesmo considerar bizarras, nomeadamente as que a compararam com sumptuosos templos europeus. Segundo o Eng. A. Fuschini (1904: p. 154), responsável por profunda campanha de obras ali implementada (1902), existiriam galerias subterrâneas cortadas pelos alicerces do lado norte daquele templo, ou seja, na actual Rua Augusto Rosa, dando razão às notícias anteriores, mas que, por certo, correspondem a esgotos romanos como os que recentemente têm surgido na zona.

Em finais do século XIX, Júlio de Castilho (1936: pp. 19-22; 1936a: pp. 147-149, 167), acreditava que a mesquita aljama se erguia onde hoje se encontra a Sé, ou nas suas proximidades, embora indique a existência de mesquita no espaço agora ocupado pela igreja de Santa Cruz do Castelo, no que segue informação de António Coelho Gasco em *Antiguidades de Lisboa*, obra escrita entre 1627 e 1633.

O distinto Arq.^{to} António do Couto (1874-1946), que foi director da Associação dos Arquitectos Portugueses e autor de notáveis obras, trabalhou na reconstrução que hoje observamos da Sé, durante mais de trinta anos (1911-1944), haveria de escrever sobre o assunto, concluindo: “Não é pois um edifício de remota antiguidade (...), havendo até quem o tenha comparado a Santa Sofia de Constantinopla, e outros a mesquita moura. Não vi, nem nunca encontrei o menor vestígio, na Sé, destes estilos (...)” (COUTO 1936: p. 132). Esta posição lúcida, foi seguida pelo distinto olisipógrafo Norberto de Araújo (1944: p. 25) que declarou: “No monumento nada existe, nem parece ter existido, que leve a aceitar a versão de que o templo foi erigido sobre fundamento de uma mesquita”. Não obstante, e apesar da falta de indícios, o historiador de arte Jorge Rodrigues (1995: pp. 257, 280), não se absteve de defender a existência de continuidade de templos, desde os tempos visigóticos à edificação da Sé românica.

Não podemos entender a falta de razoabilidade lógica na adopção generalizada de tal modelo interpretativo, embora reconheçamos casos de sobrevivência de práticas ligadas com o sagrado em diversos locais, por vezes em sequência, outras com cronologias descontinuas.

Importa recordarmos que em Arqueologia, como em qualquer outra ciência, demonstra-se. Há muito que a tradição, a fantasia e o dogma deram lugar à dialéctica e à razão, embora os arqueólogos com os argumentos disponíveis convencem-se a si próprios e depois tentam convencer os outros. Por outro lado, os meios de comunicação social precisam de vender notícias, e sobretudo polémicas que as alimentem, despertando a humana curiosidade do público. Mas será que também os arqueólogos e historiadores necessitam de idêntica projecção? Acreditamos que sim, dada a “sociedade do espectáculo” e altamente competitiva em que vivemos. E “quem não aparece esquece”.

Naquele contexto, mas não recordando aspectos éticos já referidos pelo humanista Rabelais (1483-1553) ao escrever que *“Ciência sem consciência não é senão a ruína da alma”*, ou o fundador da Arqueologia Europeia, Jacques Boucher de Perthes (1788-1868) ao declarar que: *“Os arqueólogos devem ser homens de ciência e de consciência”*, surgiram discursos, textos e ultimamente pretensio movimento cívico autodenominado “Apoiar a Sé de Lisboa 2022”. Este divulgou palavras de ordem como “salvar a mesquita”, desejando fazer crer que alguns restos de estruturas, então recentemente exumadas na zona sul do claustro daquela, corresponderiam ao antigo templo islâmico, que um cruzado, em carta, diz ter observado em 1147, mas infelizmente é omissivo sobre a sua localização. Aliás, diversos investigadores que se debruçaram sobre aquele texto, consideraram-no, a partir de aspectos paleográficos, como cópia revista de original desaparecido, não só possuindo alterações e adições -porque não sobre a mesquita aljama?-, como de clara obediência ideológica (LIVERMORE 1990: pp. 33, 34; PICOITO 2022: p. 3).

Não obstante, aquelas propostas simplistas, irreflectidas mas reconhecidamente sedutoras, têm entusiasmado alguns historiadores e arqueólogos, desconhecedores dos dados empíricos que pudessem conduzir a tão significativas interpretações. Michael Shanks e Ian Hodder (1995: p. 16) escreveriam, a propósito do que é a interpretação em Arqueologia: *“Interpretação envolve juízo e escolha: bom senso, propósito e possibilidade do que começa como incerteza”*.

Os trabalhos arqueológicos sob o Claustro da Sé de Lisboa decorreram durante dois períodos, com objectivos, dinâmicas e orientações diversas, que convém avaliar separadamente, no que respeita às interpretações abusivas de ruínas como fazendo parte de antiga mesquita aljama. Assim, as escavações realizadas entre 1990 e 1999, na zona norte do claustro e dirigidas por Clementino Amaro, com o apoio de José Luís de Matos (AMARO 1995; AMARO e MATOS 1996), levaram à consideração que escassos sectores de compartimentos islâmicos, então encontrados, corresponderiam a testemunhos de templo almorávida, dando como paralelos exemplos completamente descabidos e nomeadamente até com mesquita recente, aspectos que a comunicação social haveria de propalar, sem qualquer crítica. A ausência de testemunhos fiáveis, tanto documentais como arqueológicos, conduziria, desde logo, ao refutar de tais interpretações, através de diversos argumentos, como não fundamentadas, por parte do historiador de arte, Paulo de Almeida Fernandes (2002: pp. 61, 62, 71; 2021: pp. 84, 87) e de um de nós (RVG) (GOMES 2013: pp. 34, 35). Entre os diversos argumentos contra tal interpretação, contam-se os decorrentes da localização a meia encosta do edifício onde hoje se ergue a Sé, sem visibilidade exterior para quem se aproximasse da cidade, sendo difícil identificar o minarete da mesquita aljama, que constitui importante referência de qualquer medina. Acresce o facto de que no local onde se encontra instalado o templo cristão não ser muito viável a edificação de edifício monumental, com *“sete ordens de colunas”*, conforme refere o cruzado, sem a construção de plataforma, como viria a acontecer ulteriormente, durante tempos de administração cristã, sendo inexistentes os testemunhos arquitectónicos que documentem o templo islâmico.

Vejamos como se iniciou a elaboração de discurso errado e fantasista, herdeiro de antigo mito urbano e não do pensamento científico.

O abatimento de tampa de madeira que cobria a boca de largo e profundo poço, existente no jardim do claustro da Sé, conduziu a que ali se iniciassem as escavações arqueológicas. José Luís de Matos (1994: p. 109) haveria de relançar a tese da existência de templo islâmico naquele lugar, a partir da identificação de restos de edificações e de materiais islâmicos, escrevendo: “*Com toda a probabilidade estamos em presença de estruturas relacionadas com a mesquita islâmica*”. Esqueça-se a redundância, pois não há mesquita que não seja islâmica, não se mostram registos das estruturas nem espólios que possam ter pertencido a mesquita, dando-nos a sensação que tudo não passa de uma convicção, sem argumentos que não seja a velha tradição a que aludimos. Mas o mesmo arqueólogo seria muito mais assertivo em variadas declarações feitas à comunicação social, ajudando a reforçar a “lenda” da presença generalizada de testemunhos de mesquitas sob os templos cristãos e, nomeadamente, naquele. Mais tarde (MATOS 2015: p. 8) continua a corroborar a existência de “*vestígios de uma antiga mesquita descoberta nos claustros da Sé de Lisboa.*” e “*Mesquita sobre a qual foi construída a Sé de Lisboa*”, que data do Período Almorávida, dizendo ser possível corresponder à “*grande mesquita que na carta a Osberto o cruzado refere ter visto desde o Tejo*”; aspecto incorrecto, pois o que o cruzado citado diz é que esteve naquele templo e não que o viu de longe (OLIVEIRA 1936: pp. 107, 108). Soma-se o facto de o mesmo arqueólogo atribuir pequeno compartimento abobadado, identificado durante os trabalhos arqueológicos, e passamos uma vez mais a citar, a “*uma sala de banhos, ou lava-pés, ou seja, a midha¹ de uma mesquita localizada por cima dos banhos. A localização dos banhos no sub-solo é muito frequente em mesquitas de tradição berbere quer antigas quer modernas*”, dando como exemplo a grande mesquita de Hassan II em Casablanca (MATOS 2015: p. 9). Consideramos este paralelo completamente irrelevante, mas pernicioso à argumentação, e a restante afirmação errada. De facto, o templo citado foi projectado pelo arquitecto francês Michel Pinseau e inaugurado em 1993. No subsolo existe, apenas, parque de estacionamento, muito embora disponha, no piso térreo, de *madrassa*, biblioteca, sala de conferências, museu e, também, de complexo de banhos. Acresce que o texto do Corão que José Luís de Matos depois cita, àcerca da localização de mesquita sobre a água, respeita à situação de edifício junto ao mar e não sobre complexo de banhos. As informações transmitidas, mesmo quando apresentadas como hipóteses, conduzem os leitores, desconhecedores de tais aspectos particulares, a graves enganos e a entendê-las como realidades, pelo que as devemos rejeitar.

Por seu lado, Clementino Amaro (1998: p. 64) colocou a hipótese das estruturas que exumou no claustro da Sé terem pertencido a “*um grande edifício público*”, “*fazendo parte da organização espacial da mesquita maior da Aluxbuna*”. O mesmo deu conta, em 2001, dos principais resultados da intervenção mencionada, nomeadamente de vestígios materiais com larga diacronia, desde a Idade do Ferro à actualidade. Todavia, é relevado o conjunto de espólio e de ruínas romanas, nomeadamente de via, que ligaria a zona do teatro à margem do Tejo, sobrepostas por outras, algo desarticuladas, mas associadas a espólio islâmico. Os poucos vestígios de edificações islâmicas foram então já firmemente identificados como “*espaços da mesquita aljama de Aluxbuna*”, sem argumentos incontestáveis que demonstrem atribuição tão significativa, em termos históricos, patrimoniais e culturais.

Clementino Amaro (2001: p. 167) escreveria, na mesma linha de gratuitidade: “*De acordo com a tradição, testemunhos escritos e segundo indícios arqueológicos, a sé vai ser construída no local da mesquita, em plena medina*”. E vai mais longe, sem qualquer pudor por enveredar por raciocínios ínvios: “*(...) numa fase anterior à mesquita, aqui seria a basílica maior, segundo estudos*

1 Bacia de abluções.

recentemente desenvolvidos com base nas peças ornamentais reutilizadas na construção e de outras recolhidas na vizinha Rua dos Bacalhoeiros”, no que segue hipóteses de Jorge de Alarcão (1994: p. 63) e de Manuel Real (1995: p. 54). Também a fantasia provocada pelas duas pedras perfeitamente descontextualizadas, aplicadas em paramentos da Sé, conduz a que José Luís de Matos (2015: p. 9) fale em “materiais provenientes de uma antiga basílica moçárabe”, que os almorávidas teriam destruído para ali erguerem a mesquita maior da cidade, proposta que seduziria Manuel Real (1995: p. 54) e Paulo Fernandes (2021: pp. 90-92) embora aquele primeiro indique a possibilidade de a primeira igreja episcopal ter existido em Santa Maria de Alcami (Chão do Loureiro).

Neste momento cabe perguntarmos, mas então uma cidade da importância de *Luxbuna* ainda não possuía mesquita maior durante os tempos do Emirado ou do Califado e só os Almorávidas se lançam à árdua tarefa de a construir? E duas ou mesmo três pedras reutilizadas, vindas sabe-se lá de onde, não fazem um templo moçárabe, mesmo se a elas se queira associar outras encontradas dispersas na cidade, cujo estudo aprofundado mostrou que não são sequer contemporâneas (REAL 2000: p. 55). Trata-se de indícios voláteis que não chegam para considerarmos a existência de estrutura latente, ou ensaiar a criptoarquitectura de um edifício e a sua história, pese embora o esforço de recontextualização de tais testemunhos por parte de alguns investigadores (REAL 1994; 1995; 2000; AMARO 2001: p. 192).

Ainda segundo Clementino Amaro (2001: p. 193), a mesquita maior teria sido erguida na segunda metade do século XI, no período do Reino Taifa de Badajoz, fugindo à datação almorávida, embora coloque a hipótese de que após 1111 a basílica cristã porventura ali existente tenha sido destruída e no seu local erguida a mesquita aljama. O mesmo autor (AMARO 1998: p. 64) diz-nos que depois da Conquista Cristã, a mesquita “é purificada como templo cristão e aí sagrado o novo bispo de Lisboa, o cruzado inglês Gilberto, logo a 1 de Novembro de 1147”, no que segue informação do cruzado que, importa repetir, não escreveu onde tal templo se situava, embora dissesse que continha “sete ordens de colunas” e, portanto, seria edifício de grandes dimensões (OLIVEIRA 1936: pp. 108, 109). E as derivas e hipóteses sobre a informação oferecida pelo cruzado conduziu até a interpretar que ele teria referido “a construção da catedral cristã sobre a antiga mesquita” (FERNANDES 2002: p. 61).

E a ficção, derivada dos ecos da continuada propaganda cristã contra o Islão, tornada tradição, terá conduzido a que se escrevesse “rapidamente o edifício da mesquita aljama foi demolido, para dar lugar à nova igreja Catedral” (não é isto que o cruzado diz) e “Mas não era somente o espaço da antiga mesquita aljama que, logo após a conquista de 1147, ganhava nova vida”. (MARTINS 2017: pp. 264, 265).

Dado que o relato do cruzado, não indica o local onde a mesquita se erguia, ela bem poderia existir em sítio talvez mais apropriado para tal, em zona alta, próxima da alcáçova, onde o seu minarete sobressaísse e de onde melhor se ouvisse o *muezim* apelar, cinco vezes ao dia, os crentes à oração e parece, de facto, ter existido mesquita, como aludiremos.

Os denominados indícios arqueológicos da existência de mesquita sob a zona norte do claustro da Sé não são nenhuns, pois não se exumaram colunas, ábacos, capitéis, inteiros ou fragmentos, das sete ordens que o templo possuía, pavimentos ladrilhados, paredes canonicamente orientadas, estuques decorados, vestígios de *mirhāb*, lavabos para abluções, etc. As duas pedras embebidas nos paramentos do lado norte da Sé, uma delas há alguns anos retirada para o Museu da Cidade, e a que já referimos, são os únicos testemunhos de um possível templo anterior à Sé, visigótico ou moçárabe, segundo as diferentes interpretações, mas que certamente se encontrava erguido em outro local, que não cabe agora aqui discutir, caso contrário não constituíam elementos isolados. Podemos concluir este comentário referindo ser o próprio arqueólogo, que temos vindo a citar, quem reconhece o desnível, de uma dezena de metros, existente entre os vestígios islâmicos e o

pavimento da Sé Patriarcal (AMARO 2001: p. 172). A que se deveria tão acentuada diferença de cotas? Então a Sé não sobrepôs a mesquita?

Alexandra Gaspar e Ana Gomes procederam à escavação da zona sul do claustro, limitada pelo paredão levantado no século XIV e sucessivamente reconstruído ao longo dos tempos. Os trabalhos destinaram-se sobretudo a procurar testemunhos da mesquita aljama, tendo decorrido sob a orientação daquela primeira arqueóloga ainda em 2001 e com Ana Gomes a partir de 2010 e até à actualidade.

Nas escavações ocorridas após 2010 surgiram novas estruturas, algo desarticuladas entre si e a diferentes cotas que, segundo as arqueólogas responsáveis por tais trabalhos, confirmariam a presença da mesquita aljama. Importa dizer que aquelas arqueólogas em publicação recente, continuam a afirmar, sem dados aceitáveis, que as ruínas de estruturas ali exumadas correspondiam a mesquita ou aos seus anexos, sem mesmo darem a conhecer um único artefacto ou elementos arquitectónicos do que terá sido um grandioso templo, condizente com a importância de *Luxbuna* e segundo a sintética descrição do cruzado.

Vejam os qual é a realidade e os argumentos apresentados por aquelas arqueólogas através das *Notas Técnicas* e do *Relatório de Progresso* da sua autoria, documentos facultados pela Direcção-Geral do Património Cultural, sem reservas, tendo em vista elaborarmos parecer solicitado pelo seu Director-Geral de então, Eng^o Bernardo Alabaça, sobre os vestígios arqueológicos exumados (GOMES e GOMES 2020) e nomeadamente a muito divulgada existência de testemunhos de mesquita, assim como artigo da autoria daquelas (GASPAR e GOMES 2016), onde pretendem dar sobretudo conta dos trabalhos arqueológicos efectuados na última década. Não obstante, as estruturas exumadas foram insuficientemente descritas naqueles documentos, e não se lhes associam estratigrafias nem espólios, conforme ocorreu em relação à presença romana, reconhecida na campanha de 1990-1998, aspecto que importa decisivamente tanto à caracterização funcional como arqueológica daquelas. Também não observámos levantamento geral, devidamente cotado das ruínas atribuídas à presença islâmica, mas sim esboço muito sintético das paredes e muros, como se tudo se encontrasse num mesmo plano, nem cortes esclarecedores das estratigrafias observadas. As autoras das escavações informaram-nos, em visita ao local efectuada em Novembro de 2020, que os sedimentos que cobriam a área sul, sob o claustro, e os restos de edificações exumadas, foram para ali levados, constituindo aterro, talvez ainda nos finais do século XIII ou nos inícios do século XIV, data atribuída à edificação daquele anexo da catedral, que não foi erguido em um mesmo momento. O aterro foi contido por alto e forte paredão e foi sob ele que surgiram ruínas de construções romanas, islâmicas e medievais portuguesas, encontradas já em parte desmanteladas a quando de tão importante obra.

O texto de A. Gaspar e A. Gomes (2016: p. 113), apresentado em colóquio de 2013, começa por afirmar: “A documentação refere que aqui [Sé de Lisboa] se localizava a mesquita principal da Lisboa islâmica”. Como já repetidamente afirmámos, não existe qualquer documento, escrito ou arqueológico, que suporte tal interpretação. Adiante, no mesmo trabalho, indica-se a constatação de “hiato ocupacional” naquele sítio entre os séculos VI e XI, assim como a presença de fossas, utilizadas como lixeiras, datáveis de meados do século XI a meados da centúria seguinte, “pavimento de época medieval cristã” e de “edifício público, provavelmente com dois andares. Se associarmos a este edifício os dados das fontes escritas, nomeadamente da *Crónica de Osberno*, poderíamos estar, de facto, perante vestígios da mesquita maior da cidade que se desenvolveria sob a actual catedral” (GASPAR e GOMES 2016: pp. 114, 115, 120, 121). Vimos já que não há fontes escritas sobre a localização da mesquita aljama, nem de qualquer outra, pois o cruzado, que não se chamava Osberno, é nisso omisso, sendo os restos arquitectónicos postos à vista incongruentes entre si e com possíveis testemunhos de tal templo. Mas com este tipo de texto alimenta-se o antigo mito

urbano. Todavia, reconheça-se que as autoras citadas não deixaram de usar discurso no condicional e de mostrarem certas cautelas ao escrever: “(...) *faltam algumas evidências arqueológicas que permitiriam sermos mais afirmativas*” (GASPAR E GOMES 2016: p. 121). O exacerbamento dos conteúdos das mensagens, orais e escritas, tendo em vista a defesa da existência de testemunhos de mesquita estava ainda para acontecer, ficando a dever-se, quanto a nós, à procura de algo extraordinário, capaz de oferecer protagonismo e a auto-satisfação comum a todos os profissionais, como à falta de conhecimentos específicos, mas também à influência nefasta de terceiros.

Nota Técnica das arqueólogas mencionadas faz atribuição funcional dos restos de edificações exumadas como “*edifício público monumental que pelas suas características morfológicas corresponde ao complexo da mesquita principal da Lisboa muçulmana cuja cronologia de ocupação data dos inícios do século XII estando em funcionamento até à conquista de Lisboa em 1147*”, afirmação que se irá repetir e quanto a nós decorrente de interpretação completamente infundada, conforme analisaremos. São ulteriormente indicados paralelos genéricos de um suposto “*complexo da mesquita*”, com mesquitas almorávidas norte-africanas, citando-se a aljama de Marraquexe, tal como as de Fez, Argel, Tlemcen e Nédroma. Mais tarde, fala-se novamente em banhos, associados à mesquita e, durante a visita ali feita, ouvimos atribuir conjunto a minarete, como que completando programa construtivo ambicioso, mas a que, contudo, só faltam os vestígios, mesmo que pouco significativos, ou seja, os da própria mesquita, do minarete e os espólios a eles associados.

Importa esclarecer que audaciosas analogias são aquelas, que têm sido divulgadas em comunicados e na imprensa. Entre elas conta-se a mesquita aljama de Marraquexe que, muito embora tenha sido edificada pelos almorávidas, desse período subsiste, apenas, uma fonte, pia de abluções e cisterna, designada por *Qubba al-Bârûdiyyn* (GOLVIN 1979: p. 211; TUI LEONETTI e DÉLÉRY 2014a: pp. 170-172), pelo que consideramos o paralelo abusivo a diferentes níveis e, portanto, liminarmente descartável.

No exercício gratuito, porque tenta comparar o incomparável, assinala-se, de igual modo, a mesquita de Fez. Presumimos tratar-se da mesquita Qarawiyyîn, edificada no século IX, com campanhas de obras no século X, tendo sido ampliada, a partir de 1134, pelos almorávidas. Escavações arqueológicas ali efectuadas, em 2006, permitiram confirmar as distintas alterações que sofreu e, entre elas, a construção de novas naves, que obrigaram à edificação de outra *qibla* e respectivo *mihrâb*, destruindo dois espaços habitacionais (ETTAHIRI 2014; TUI LEONETTI e DÉLÉRY 2014: pp. 118-123). Da ampliação almorávida, bem documentada através de planta, subsistem capitéis, espaço reservado às mulheres e sector funerário (CRESSIER 2016; TUI LEONETTI e DÉLÉRY 2014: p. 119). Trata-se de complexo no qual não encontramos nada similar com o que foi identificado na área sob o claustro da Sé de Lisboa, dada a inexistência de paredes, colunas e capitéis, ou de outros elementos construtivos que justifiquem o paralelo. Aliás a mesquita Qarawiyyîn, sofreu várias outras campanhas de obras (GOLVIN 1979: pp. 192-206). Note-se que aquela, tal como muitas outras mesquitas principais, foi edificada nas proximidades do palácio real.

Atribuem-se, também, como paralelos para os testemunhos encontrados em Lisboa, as mesquitas almorávidas de Argel e Nédroma. Esta última, apresenta nove naves e oferecia, além do *mihrâb* e do *nimbar*, compartimento para o imame, localizado na *qibla*. Estes elementos estruturantes de quaisquer grandes mesquitas, não foram reconhecidos durante a intervenção arqueológica de Lisboa, nem naves ou outros indícios que constituam indícios para comparações aceitáveis. No respeitante à mesquita de Argel, ela deve ter sido edificada anteriormente a 1097 e, como acontece em Nédroma, os minaretes, foram erguidos em uma das extremidades da fachada, sendo edificados, na última em 1324 e na primeira em 1348/49, muito depois da conquista de Lisboa, que como é sabido ocorreu em 1147 (GOLVIN 1979: pp. 171, 172, 175).

A mesquita de Tlemcen foi, de igual modo, considerada como um dos paralelos para o conjunto de vestígios de Lisboa. Ela foi mandada construir pelo emir almorávida Ali b. Yusuf, no exterior do núcleo urbano, mas junto ao palácio. O que subsiste daquela edificação, devido às campanhas de obras almóadas e a outras mais recentes, não nos permite sequer considerá-la como paralelo, só por se dizer que a sua fundação é almorávida (GOLVIN 1979: pp. 179, 189; TUI LEONETTI e DÉLÉRY 2014b: pp. 212-217). Mas, mesmo assim, seria paralelo para o quê? Recordamos que aquilo que foi posto a descoberto não são mais do que sectores de paredes algo desarticuladas entre si e de cronologia incerta, assim como porção de via, paralela à hoje Rua das Cruzes da Sé. Importa recordar que os sectores de paredes exumados sob o claustro da Sé apresentam disposição nas direcções norte-sul ou este-oeste e nenhum está dirigido para sudeste (Meca).

As responsáveis pelas escavações na área sul do claustro da Sé de Lisboa atribuem três degraus de escada, identificados em compartimento, como sendo de “*acesso aos pisos superiores do minarete*”. Deste não encontramos evidências que permitam aceitar tal identificação. Se, por um lado, os restos encontrados não suportariam o corpo de tal construção, até passando esgoto sob eles, por outro lado apenas conhecemos minarete, contendo parte da escada exterior, na *madrasa al-Saffārīn* de Fez. Esta foi fundada em 1271, constituindo o minarete caso raro e edificado mais de cento e vinte anos após a conquista cristã de Lisboa (GOLVIN 1995: p. 218).

Conforme já mencionámos, os minaretes almorávidas localizam-se normalmente em uma das extremidades da fachada das mesquitas oposta à *qibla* ou nos seus ângulos, o que não se observa nos restos exumados sob o claustro da Sé de Lisboa, onde nada indica a existência de parede de um templo. Importa repetir de que se ali existisse minarete, este não teria visibilidade exterior, impedindo a identificação da localização da mesquita aljama de *Luxbuna*, dado encontrar-se a quase dez metros de profundidade em relação ao piso actual da Sé, na base de uma encosta íngreme, só no século XIV regularizada por aterro, tendo em vista a edificação do claustro daquele templo (GOMES 2013: pp. 34, 35). O minarete ali erguido teria de possuir mais de 20 m de altura e fortes alicerces, o que não ocorre nos restos dos fracos muros postos à vista. A existir mesquita naquele espaço, seria lógico que o minarete fosse erguido em local próximo onde corre a Rua Augusto Rosa.

‘FOLCLORE’ IMORAL

A atribuição dos restos arquitectónicos exumados e que referimos, à mesquita principal de Lisboa ou aos seus anexos, tem constituído o argumento principal de campanha desenvolvida em torno da sua conservação e musealização. Não pomos em causa estes importantes aspectos, não obstante, para eles serem válidos, importa seriamente sabermos que ruínas são aquelas e que luz lançam sobre a história antiga da cidade, funções que sabemos caberem aos arqueólogos e a outros cientistas sociais.

A bem orquestrada campanha em defesa do “complexo da mesquita”, configura-se própria de verdadeiro teatro do absurdo, porque alheada de raciocínio objectivo, deturpa situações e realidades, confundindo e inquinando a mais elementar lógica em derivas imaginárias e fúteis. Não obstante, ela tem feito manchetes e dado visibilidade a certas personagens e organizações que pretendem representar os arqueólogos, sem que para tal tenham mandato daqueles. Vejamos alguns títulos da imprensa: “*Destruir a mesquita seria um crime patrimonial impensável*”, palavras do historiador e professor Hermenegildo Goinhas Fernandes (2.10.2020) ao jornal Público², acrescentando que para a mesquita estar completa “*falta apenas o oratório e o pátio de abluções sobre os quais foi construída, como sabemos, a sé cristã para completar todos os elementos clássicos que, desde a construção da*

2 <https://www.publico.pt/2020/10/02/opiniao/noticia/mesquita-1933512>

aljama de Damasco, compõem uma mesquita". Este paladino na defesa de algo que nem sequer é virtual, serve-se de discurso com a lógica invertida, ao mencionar "como sabemos", pois, na verdade, não sabemos nem ele demonstra que sabe, apenas evidenciando nas suas palavras ser homem de grande fé. O paralelo para as ruínas encontradas sob o claustro da Sé com a "mesquita dos Omíadas" é desconcertante, pois trata-se de templo mandado edificar pelo califa al-Walid I em 636, excepcional a muitos níveis. Ele fala em "(...) escadas de acesso à almenara (minarete) quadrangular, como todos os do Islão ocidental". Ora bem pelo contrário, sendo as escadas exteriores caso raríssimo, que teria paralelo apenas na *madrassa* al-Saffārīn de Fez (1271), conforme acima referimos. Os degraus postos à vista por A. Gaspar e A. Gomes, não se destinavam ao "acesso aos pisos superiores do minarete", como aquelas tentam explicar, mas tão somente permitiam vencer a cota entre rua e habitação que ali existia. Mas Hermenegildo Fernandes, no mesmo artigo escreve "(...) que sabíamos desde a Idade Média ter [a catedral de Lisboa] resultado da cristianização da mesquita aljama, ela própria com toda a probabilidade construída no lugar de uma basílica cristã tardo-antiga (...)". O delírio, a falta de conhecimentos, as deturpações, contradições e discordâncias entre autores são tão evidentes como bem exemplificam passagens de José Luís de Matos (2015: p. 8) ao nos dizer ali haver "muro coberto de estuques pintados", Clementino Amaro (1998: p. 64; 2001: p. 172) que escreveria paredes "com bandas horizontais vermelhas e brancas" ou "decoradas com bandas horizontais, alternando o vermelho e o branco", muros, com a parte inferior ou a superior pintados de cor vermelha, ou com "bandas largas de cor branca e vermelha" no dizer de Ana Gaspar e Ana Gomes (2016: pp. 118, 119, fig. 6), que Hermenegildo Fernandes (2020) recria como "(...) compartimento de época islâmica, de paredes polícromas", construindo um salto qualitativo de discurso patrimonialista, em nosso entender extremamente nocivo e desacreditador da causa que pretende defender. Da boca das arqueólogas responsáveis pelas escavações ouvimos falar de "muro pintado de vermelho", em compartimento que servia para visita a esgoto (10.01.2022). Devemos precisar que as zonas brancas dos muros são aquelas que não receberam cobertura pintada de cor vermelha, deixando em reserva o estuque. Mas Hermenegildo Fernandes insiste, e se o Arq.^{to} António do Couto (1936: p. 132) claramente declarou não ter detectado qualquer vestígio edificado anterior à conquista cristã, ao escrever "Não chego mesmo a compreender como se tem aventado a alta antiguidade da Sé (...)", a visão sonhadora daquele historiador ali regista "(...) testemunhos de uma complexidade perdida que povoam algumas paredes, remetendo para épocas muito anteriores ao edifício dos dois reis fundadores e mesmo anteriores aos mais de quatro séculos da Lisboa islâmica (...)". Se é assim que se faz história, ou se a divulga, a história feita pelos arqueólogos serve-se de metodologias diferentes, que a Arqueologia Processualista bem teorizou, devendo distinguir-se do registo das emoções e da ficção literária, mesmo quando sedutoramente bem escrita.

O turbilhão de notícias e interpretações erradas haveria até de dar lugar a nota sobre as escavações na Sé de Lisboa na revista *Medievalista Online*, mencionando "interessante proposta de recuperação do espaço da mesquita" (OLIVEIRA e FONTES 2014: p. 3). E têm sido abundantes os reflexos de quem se preocupa, por diferentes razões, com a conservação do património, nomeadamente dos ditos vestígios da mesquita. Assim, o hoje deputado à Assembleia da República Rui Tavares escreveria no jornal Público (28.09.2020)³: "A Sé é hoje uma igreja cristã, mas foi antes uma mesquita muçulmana e talvez antes disso templo pagão", desconhecendo-se em que factos é que se baseou. O jornal *Reflexões Islâmicas* (ano VI, nº 426, 01.10.2020) inseriu artigo com o título "Petição para impedir a destruição da mesquita principal de Lisboa identificada na Sé de Lisboa" e publicou lista com onze igrejas que considerou terem sido primitivamente mesquitas, o que não passa de mais ficção, mas deu lugar a petição enviada ao Presidente da Assembleia da República. O

3 <https://www.publico.pt/2020/09/28/opiniao/noticia/nao-destruam-passado-mouro-1933102>

semanário *Expresso* publicou artigo com o título “*Docentes universitários*” realçam “*excepcionalidade científica e patrimonial dos vestígios islâmicos da Sé de Lisboa*” onde se fala de “*estruturas associadas ao complexo da mesquita maior da cidade de Lisboa em época islâmica*”, mas não diz que entre os cerca de meia centena de signatários, apenas dois ou três trabalham no período Islâmico⁴.

O jornal *Esquerda* respigou declarações de Hermenegildo Fernandes (19.10.2020) no título “*Sé de Lisboa: Destruir a mesquita seria um crime patrimonial impensável*”. Artigo em o *Público* de 19.11.2021, na sequência de comunicação que apresentámos ao III Encontro de Arqueologia de Lisboa, que agora se publica, apesar dos esforços pouco democráticos e nada deontológicos, dos defensores da existência de ruínas da mesquita aljama, que tudo fizeram para que tal não acontecesse, aquele diário divulgou aspectos do nosso estudo e das reações então ocorridas, com o título “*Houve uma mesquita na Sé? A dúvida desenterrou a guerra entre arqueólogos*” (PINCHA 2021). A veneranda Associação dos Arqueólogos Portugueses fez publicar, em Outubro de 2020, e sem que tivesse discutido o assunto entre os seus membros, comunicado onde afirma “*há muito que os historiadores sabiam que a Catedral de Lisboa havia sido construída sobre a antiga mesquita (...)*”, falando ainda em “*antiga mesquita almorávida, base do minarete, vestiário, banhos, entre outras estruturas*”, uma vez mais um discurso ficcionado, haurido em informação errada⁵.

O nosso parecer, e os de Santiago Macias e Félix Arnold (2020: p. 2) (Instituto Arqueológico Alemão), que é categórico ao escrever “*No hay indicios ningunos para una interpretación como una mezquita o parte de una mezquita*”, como de outros, contribuíram decisivamente para que a Secção do Património Arquitectónico e Arqueológico do Conselho Nacional de Cultura (Ministério da Cultura) considera-se “*que não existe evidências de que tais vestígios correspondam à mesquita aljama de Lisboa*”, conforme noticiou, com pouco eco, a agência de informações Lusa e alguma imprensa.

CONCLUSÕES

Tanto a informação literária como os testemunhos arqueológicos até agora conhecidos não permitem corroborar a muito difundida tradição, crença, ou quase mito, de que os templos cristãos, nomeadamente os cujo orago é Santa Maria, reutilizassem sistematicamente edifícios ou espaços onde se erguiam mesquitas aquando da conquista do território português. Referimos como única excepção conhecida, no nosso país, Mértola e que, por certo, contribuiu para suportar aquela interpretação, abusivamente generalizada. Também ajudou para tal situação o texto do cruzado, ao referir que a mesquita aljama de *Luxbuna* foi transformada em templo cristão.

A análise directa dos testemunhos arqueológicos exumados sob o claustro da Sé de Lisboa, as explicações veiculadas *in situ* pelas arqueólogas responsáveis pela intervenção no seu lado sul, o estudo da parca documentação escrita produzida e alguma reflexão, permitem-nos entender a facto de a grande importância cultural que teria a descoberta de vestígios da mesquita maior de *Luxbuna*, legitimamente entusiasmou alguns arqueólogos e historiadores, mesmo quando circunscritos aos restos exumados de um pretenso “edifício público monumental”. Este aspecto confronta-se com a verdade crua da realidade, de tais testemunhos constituírem sectores edificados pouco coerentes entre si, em termos arquitectónicos, tanto na sua articulação horizontal como vertical, pertencentes a diferentes espaços e a distintos momentos e, portanto, programas construtivos. As paredes adossadas que ali se observam são exemplo disso.

4 <https://expresso.pt/cultura/2020-10-04-Docentes-universitarios-realcam-excepcionalidade-cientifica-e-patrimonial-dos-vestigios-islamicos-na-Se-de-Lisboa>

<https://www.noticiasao minuto.com/cultura/1597892/vestigios-islamicos-na-se-sao-excepcionalidade-cientifica-e-patrimonial>

<https://24.sapo.pt/atualidade/artigos/se-de-lisboa-dgpc-pede-estudo-alternativo-para-garantir-estabilidade-e-achados>

5 <https://www.jn.pt/artes/se-de-lisboa-associacao-de-arqueologos-desmente-dgcp-12891559.html>

Aqueles podem, em alguns casos, nem terem sido erguidos anteriormente à conquista cristã de Lisboa, pois oferecem tipologias e aparelhos construtivos cristãos, e foram certamente usados depois daquela. Três das paredes mostram interessantes grafitos incisos, e não desenhos como lhes chamaram as escavadoras (10.01.2022), com paralelos em edificações medievais cristãs. São disso testemunho uma traçaria singela, com arcos claramente góticos (séc. XIV) e afins dos encontrados em templos tanto do mesmo período como ulteriores (PEREIRA E RAMALHO 1997; 2001); pentalfas, de carácter apotropaico, representando os cinco elementos ou as Chagas de Cristo, idênticos aos gravados em paramentos interiores das muralhas do Castelo de Moura e de Loulé; séries de curtos traços verticais paralelos, por certo sistema de anotações; rara imagem de dragão representado com quatro patas, asa, armação, expelindo rolo de fumo pela boca, possuindo estreitas semelhanças em iluminuras cristãs, datável de tempo ulterior à conquista de Lisboa e até à edificação do claustro (1332) (GASPAR e GOMES 2016: p. 123, fig. 9). Pertencente aos três mundos (terrestre, aquático e celeste), os dragões eram então tidos como originários das longínquas Etiópia, Índia ou China, representando o diabo e o mal, pelo que dominado por santos como São Jorge ou São Miguel, sendo este último orago de freguesia localizada próxima da Sé (PASTOUREAU 2020: pp. 261, 262). Importa relevar que tais grafitos não são islâmicos como foi declarado⁶. Perto daquelas paredes encontrou-se ábaco, de pedra, românico. Espada, recolhida em esgoto que ali corria, foi atribuída, pelo Doutor Álvaro Soler del Campo, a finais do século XIII ou a meados do século XIV, informação que, amavelmente, nos foi transmitida pelo Professor Doutor João Gouveia Monteiro (U.C.), a quem agradecemos.

Os restos arquitectónicos mencionados não apresentam orientação canónica, encontrando-se dispostos norte-sul ou sensivelmente nascente-poente. Aquela é, conforme referimos, obrigatória em construções religiosas muçulmanas, mesquitas e seus anexos, oratórios e até em sepulturas, tal como em muitas de carácter civil, ou seja, com as paredes principais dirigidas para sudeste (Meca), ou a elas perpendiculares, no caso do território hoje português. Quanto a nós, as paredes exumadas sob a zona sul do claustro da Sé de Lisboa devem pertencer a habitações e/ou a armazéns, edificados em patamares, possuindo em alguns casos paredes adossadas, ou duplas, restos de arcos de descarga e vãos de entrada voltados para sul, servidos pela via que ali passava, fossilizada na actual Rua das Cruzes da Sé.

Encontram-se completamente ausentes restos arquitectónicos, lisos ou decorados, como capitéis, ábacos, fustes e bases de colunas, inscrições, pisos bem revestidos com ladrilhos de tijolo ou pedra, estuques decorados, nichos para orações, pias para abluções, artefactos ligados ao culto, etc., que fazem obrigatoriamente parte da estrutura e do equipamento dos edifícios religiosos, como uma mesquita principal ou dos seus anexos; indícios que, mesmo quando surgem dispersos ou reutilizados, podem indicar a presença daqueles templos. Até estruturas modestas, sistematicamente arrasadas, deixam alguns vestígios, aspecto que não acontece no caso em apreço.

Os restos de edificação atribuídos a minarete não se encontram associados a nenhuma parede que possa ter pertencido a mesquita. O reduzido sector de escada que ali existe explica-se pela necessidade de vencer a diferença de cotas entre rua e possível habitação ou de esta possuir dois pisos.

Caso a mesquita principal se encontrasse onde presentemente se ergue a Sé ou, mais concretamente, sob ela, situar-se-ia a meia encosta e sem visibilidade exterior, isto é, quem se aproximasse da cidade dificilmente descobria o seu minarete que, conforme referimos, constituiria importante referência organizadora do espaço, em termos físicos e religiosos, de qualquer medina.

⁶ <https://visao.sapo.pt/atualidade/cultura/2022-06-23-cordao-humano-frente-a-se-de-lisboa-sabado-de-manha-contra-obras-em-curso-no-claustro/>

Do que se conhece, muito embora existam sempre excepções, as mesquitas aljamas, dada a sua importância espiritual, situavam-se em zonas altas das cidades, por vezes nas vizinhanças dos palácios dos líderes políticos e religiosos que as frequentavam às sextas-feiras, destacando-se o minarete na paisagem urbana, aspectos que não correspondem à localização se tal templo tivesse sido construído no local onde se encontram as ruínas descobertas e se ergue a Sé de Lisboa.

Constitui importante óbice à melhor caracterização funcional e cronológica dos testemunhos arqueológicos que temos vindo a referir, a completa ausência de enumeração e de classificação dos espólios exumados, tanto de artefactos como de ecofactos. A obtenção de datações absolutas, pelo método de radiocarbono, seria, sem dúvida outro importante auxiliar para se responder, como todos os arqueólogos devem pretender, às questões: quem fez isto? a que tempo é que pertence? e qual a sua função?

Quanto a nós, perante a informação disponível, é completamente absurdo atribuir as ruínas postas à vista sob o claustro da Sé Patriarcal de Lisboa, a mesquita aljama ou aos seus possíveis anexos. Dado o estado fragmentário daquelas, não permitindo leitura clara das estruturas a que pertenceram e dos seus aspectos funcionais, pelo que seu valor histórico-cultural e arqueológico é, por ora, limitado, visto não terem sido melhor interpretadas. A sua pretensa história não passa, afinal, de algo muito mal contado, dado que tem recorrido à fantasia da ficção.

Importa também referir que a interpretação de ter existido uma grande mesquita aljama em *Luxbuna*, mandada edificar pelos Almorávidas, é mais que hipotética, além de não fazer sentido, quando o avanço cristão era uma realidade. Recordemos que em 1064 ocorreu a conquista cristã de Coimbra, em 1137 D. Afonso Henriques manda construir o Castelo de Leiria e, em 1140, ocorre tentativa de conquistar a cidade de Lisboa, o que viria a acontecer sete anos depois.

Trata-se de período extremamente conturbado, em termos políticos e sociais, tendo Lisboa sido forçada a acolher milhares de refugiados vindos das zonas a norte, aspecto comprovado arqueologicamente, com a edificação de bairros periféricos, densamente ocupados, possuindo casas de arquitectura padronizada e muito modesta (SILVA, GOMES e GOMES 2011). Dada a conjuntura política e social mencionada, parece-nos pouco provável que a administração almorávida investisse na edificação de uma nova mesquita aljama, pois certamente haveria uma outra, mais antiga, que estaria funcional, para além das mesquitas de bairro. De qualquer modo, nem um nem outro daqueles templos se encontrava onde se ergueu a igreja de Santa Maria, hoje Sé Patriarcal de Lisboa. O relato da sagração da mesquita maior, no Dia-de-Todos-os-Santos, e a sua função como sede episcopal, pode ter ocorrido em templo, situado junto à alcáçova, como alguns autores que citámos admitem e a sua estória ter ulteriormente emigrado para um grande e vetusto templo como é a actual Sé. Se tal aconteceu não constitui caso único no passado medieval e moderno.

Importa, ainda, perceber de que modo é que no contexto da propaganda ideológica, de tipo heróico, terá sido importante, ao longo dos séculos, a narrativa de conquista, vitória e subjugação dos infiéis ao Cristianismo. O “verdadeiro Deus”, impunha-se então, não pelo amor e fraternidade, mas pela violentação e humilhação, sendo disso que se trata quando se destroem os espaços sagrados “do outro”, esse quase sempre desconhecido. Recordemos, que ainda nos inícios do século XVII, o bispo D. Frei João da Piedade, sugere a existência de carta, já então em paradeiro incerto de Abrantes, onde supostamente, em 1179, D. Afonso Henriques expressaria a intenção de mandar edificar, naquela povoação, “*templo sobre as ruínas da mesquita dos mouros*”. (SANTOS 2011: p.146).

Mais de três décadas depois de se terem iniciado as escavações na zona do claustro da Sé de Lisboa, e gasto cerca de três milhões de euros⁷, os seus resultados continuam desconhecidos,

⁷ <https://24.sapo.pt/atualidade/artigos/atrasos-na-se-de-lisboa-podem-implicar-devolucao-de-1936-me-de-fundos-europeus>

dando lugar a especulações subjectivas e a equívocos nocivos, pois desacreditam arqueólogos e historiadores. Em manifestação que teve lugar em 25.06.2022, com texto de apelo à participação, pela conservação e musealização das ruínas descobertas, onde se incluem “*complexo da mesquita aljama de Lisboa*”, via-se patético cartaz que dizia “*Salvem a mesquita de Lisboa*”.

Encontramo-nos perante o resultado de verdadeira militância doutrinária, que se serve de aparelho intimidatório, mesmo coercivo, porque ‘*mobiliza o civismo e o patriotismo*’ e ‘*tende a fundar uma espécie de religião, uma religião do Estado*’ (DUBUFFET 2022: pp. 23, 24), aliás sintomaticamente dirigida pelos seus próprios funcionários.

Há quase um século atrás, o Arq.^{to} António do Couto (1936: p. 141) escrevia, uma vez mais referindo-se à Sé de Lisboa, que bem conhecia: “*Mas a tradição da sua alta antiguidade está tão arraigada na nossa gente, que ainda por muitos anos, estou certo, haverá sempre quem nos pergunte, muito crente na sua afirmação: ¿ É aqui a antiga mesquita moura?*”.

A finalizarmos estas despreziosas observações, cabe-nos também nós perguntarmos, afinal onde está a mesquita aljama de Lisboa? Importa continuarmos a procurar a resposta, como estudar e conservar, verdadeiramente, as ruínas e os espólios descobertos sob o claustro da Sé de Lisboa.

Afinal voltamos ao *Grau Zero da Escrita* (R. Barthes 1953).

Agradecimentos: Os autores encontram-se reconhecidos aos Professores Doutores Luís Filipe Oliveira, pelas suas muito úteis observações, enquanto *referee* do presente texto, e Mário Jorge Barroca, que o editou.

BIBLIOGRAFIA

- ALARCÃO, J. de (1994), Lisboa romana e visigótica, in D’Intimo, R. (coord.), *Lisboa Subterrânea*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, pp. 58-63.
- AMARO, C. (1995), Urbanismo tardo-romano no claustro da Sé de Lisboa, in GURT, J. M.; TENA, N. (coord.), *IV Reunião de Arqueologia Cristã Hispânica*, Barcelona, Institut d’Estudis Catalans / Universidade Nova de Lisboa, pp. 337-342.
- AMARO, C. (1998), Arqueologia islâmica em Lisboa: um percurso possível, in Macias, S.; Torres, C. (coord.), *Portugal Islâmico – Os Últimos Sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Ministério da Cultura, pp. 61-71.
- AMARO, C. (2001), Presença muçulmana no claustro da Sé Catedral – três contextos com cerâmica islâmica, in Lacerda, M.; Soromenho, M.; Ramalho, M. de M.; Lopes, C. (coord.), *Garb. Sítios Islâmicos do Sul Peninsular*, Lisboa/Badajoz, Ministério da Cultura e Junta de Extremadura, pp. 164-197.
- AMARO, C.; Matos, J. L. de (1996), Trabalhos arqueológicos no claustro da Sé de Lisboa – Notícia preliminar, in Filipe, G.; Raposo, J. M. C. (coord.), *Actas das Primeiras Jornadas sobre Romanização dos Estuários do Tejo e do Sado*, Lisboa, Câmara Municipal do Seixal e Publicações Dom Quixote, pp. 215-224.
- ARAÚJO, N. de (1944), *Inventário de Lisboa*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.
- ARNOLD, F. (2020), *Los Restos Islámicos en el Claustro de la Catedral Sé de Lisboa*, Madrid, Deutsches Archäologisches Institut.
- AZEVEDO, R. de (1957), A carta ou memória do cruzado inglês R. para Osberto de Bawdsey sobre a conquista de Lisboa em 1147, *Revista Portuguesa de História*, tomo VII, Lisboa, pp.343-370.
- BASTO, A. de M. (1945), *Crónica dos Cinco Reis de Portugal*, Lisboa, Livraria Civilização.
- BAIGENT, M.; Leigh, R. (2000), *The Inquisition*, London, Penguin Books.

- BARTHES, R. (1973) [1953], *O Grau Zero da Escrita, Seguido de Elementos de Semiologia*, Lisboa, Edições 70 (Colecção Signos 3).
- BORGES, A.G. de M. (1998), Epigrafia árabe no Gharb, in Macias, S.; Torres, C. (coord.), *Portugal Islâmico – Os Últimos Sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Ministério da Cultura, pp. 227-234.
- CARDOSO, J. (1657), *Agiolégio Lusitano dos Santos e Varões Ilustres em Virtude do Reyno de Portugal, e suas Conquistas*, tomo II, Lisboa, Officina de Henrique Valente de Oliveira.
- CASTILHO, J. de (1936), *Lisboa Antiga. Bairros Orientais*, vol. IV, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.
- CASTILHO, J. de (1936a), *Lisboa Antiga. Bairros Orientais*, vol. V, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.
- CASTRO, J. B. de (1763), *Mappa de Portugal Antigo, e Moderno*, tomo III (parte V), Lisboa, Officina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno.
- CATARINO, H. (2009), Capitel califal, in: Bidarra, A. [et al.] – *Arte, Poder e Religião nos Tempos Medievais. A Identidade de Portugal em Construção*, Viseu, Câmara Municipal de Viseu, pp. 120, 121.
- CORREIA, F. B. (2013), *Elvas na Idade Média*, Lisboa, Edições Colibri/CIDEHUS – Universidade de Évora.
- COUTO, A. do (1936), Época da construção da Sé, in Castilho, J. de, *Lisboa Antiga. Bairros Orientais*, vol. V, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, pp. 131-141.
- CRESSIER, P. (2016), Un redescubrimiento: «nuevos» capiteles almorávides en la mezquita al-Qarawyyin de Fez (Marruecos), *Mainake*, 36, Málaga, pp 175-190.
- DGEMN (1953), *Igreja Matriz de Mértola*, Lisboa, Ministério das Obras Públicas (Boletim da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, 71).
- DUARTE DE ARMAS (1977), *Livro das Fortalezas*, Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo e Edições Inapa.
- DUBUFFET, J. (2022), *Asfixiante Cultura*, Lisboa, Orfeu Negro.
- EWALD, P.; Hartmann, L. M. (ed.) (1891), *Gregorii I Papae Regístrum Epistolarum*, Berolini, Weidmannos.
- ETTAHIRI, A. S. (2014), À l'aube de la ville de Fès – Découvertes sous la mosquée al-Qarawyyin, *Dossiers d'Archéologie*, 365, Dijon, pp. 42-49.
- FERNANDES, H. (2020), Porquê a mesquita (da Sé), *Público*. Lisboa. 11118, de 2 de Outubro de 2020. <https://www.publico.pt/2020/10/02/opiniao/noticia/mesquita-1933512> [consultado em 12.11.2021].
- FERNANDES, P. A. (2002), O sítio da Sé de Lisboa antes da Reconquista, *Artis*, 1, Lisboa, pp. 57-87.
- FERNANDES, P. A. (2006), O claustro da Sé de Lisboa: uma arquitectura “cheia de imperfeições”, *Murphy – Revista de História e Teoria da Arquitectura e do Urbanismo*, 1, Coimbra, pp. 18-69.
- FERNANDES, P. A. (2006a), Antes e depois da Arqueologia da Arquitectura: um novo ciclo na investigação da mesquita-catedral de Idanha-a-Velha, *Artis*, 5, Lisboa, pp. 49-72.
- FERNANDES, P. A. (2021), O que nos diz o chão debaixo da Sé de Lisboa?, *National Geographic*, ed. especial, Lisboa: RBA Revistas, pp.76-95. <https://nationalgeographic.pt/historia/grandes-reportagens/2688-o-que-nos-diz-o-chao-debaixo-da-se-de-lisboa>.
- FRISHMAN, M.; Khan, H.-U. (ed.) (1997), *The Mosque. History, Architectural Development & Regional Diversity*, London, Thames and Hudson Ltd.
- FUSCHINI, A. (1904), *A Architectura Religiosa na Edade Média*, Lisboa, Imprensa National.
- GASPAR, A.; Gomes, A. (2016), Ocupação medieval na Sé de Lisboa, in Fontes, J. L. I.; Oliveira, L. F.; Tente, C.; Farelo, C.; Martins, M. G. (coord.), *Lisboa Medieval. Gentes, Espaços e Poderes*, Lisboa, Instituto de Estudos Medievais, Universidade Nova de Lisboa, pp. 113-128.
- GOLVIN, L. (1979), *Essai sur l'Architecture Religieuse Musulmane, L'Art Hispano-Musulman*, Paris, Éditions Klincksieck.
- GOLVIN, L. (1995), *Architecture Musulmane – La Madrasa Médiévale*, Aix-en-Provence, Edisud.
- GOMES, M. V.; Casimiro, T. M. e Vieira, A. I. (2014), A medieval boat graffito from Silves, Algarve, Portugal, *The International Journal of Nautical Archaeology*, 43(1), Portsmouth, pp. 184-187.
- GOMES, R. V. (2006), *Silves (Xelb), Uma Cidade do Gharb Al-Andalus: O Núcleo Urbano*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia (Trabalhos de Arqueologia 44).

- GOMES, R. V. (2013), *Arquitecturas. Testemunhos Islâmicos em Portugal*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Aga Khan Trust For Culture.
- GOMES, R. V.; Gomes, M. V. (2000), Bocal de poço islâmico de Silves. Uma leitura possível, *Estudos Orientais*, VII, Lisboa, pp. 129-150.
- GOMES, R. V.; Gomes, M. V. (2007), *Ribât da Arrifana. Cultura Material e Espiritualidade*, Aljezur, Câmara Municipal de Aljezur.
- GOMES, R. V.; Gomes, M. V. (2020), *Sé Patriarcal de Lisboa – Parecer sobre a atribuição funcional e o interesse histórico-arqueológico e cultural das ruínas postas a descoberto sob a zona sul do claustro*, Lisboa, Direcção Geral do Património Cultural.
- HERCULANO, A. (1875), *História de Portugal*, Paris/Lisboa, Livrarias Aillaud & Bertrand.
- LIVERMORE, H. V. (1990), On “The Conquest of Lisbon” and its author, *Portuguese Studies*, vol.6, Lisboa, pp.19-36.
- LOPES, J. B. da S. (ed.) (1844), *Relação da Derrota Naval, Façanhas, e Sucessos dos Cruzados que Partirão do Escalda para a Terra Santa no Anno de 1189*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, Typographia da Mesma Academia.
- LOPES, J. B. da S. (1848), *Memorias para a Historia Ecclesiastica do Bispado do Algarve*, Lisboa, Academia Real das Sciencias, Typographia da Mesma Academia.
- MARTINS, M. G. (2017), *1147, A Conquista de Lisboa na Rota da Segunda Cruzada*, Lisboa, A Esfera dos Livros.
- MATOS, J. L. M. de (1994), Escavações arqueológicas nos claustros da Sé de Lisboa, *Al-Madan*, 2ª série, 3, Almada, pp. 108, 109.
- MATOS, J. L. M. de (2015), *Lisboa na Civilização Islâmica*, Lisboa, Academia das Ciências de Lisboa.
- MATOS, M. C. de (ed.) (1999), *A Cidade de Silves Num Itinerário Naval do Século XII por Um Cruzado Anónimo*, Fac-simile da edição por João Baptista da Silva Lopes, Lisboa, Edições Távola Redonda / Câmara Municipal de Silves.
- MOLINA, L. (ed.) (1983), *Una Descripción Anónima de Al-Andalus*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- OLIVEIRA, J. A. de (1936), *Conquista de Lisboa aos Mouros (1147). Narrações pelos Cruzados Osberno e Arnulfo, Testemunhas Presenciais do Cêrco*. 2ª ed., Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa.
- OLIVEIRA, L. F.; Fontes, J. L. I. (2014), III Colóquio A Nova Lisboa Medieval: Gentes, Espaços e Poderes, *Medievalista Online*, 15, pp. 2-5.
- PASTOUREAU, M. (2020), *Bestiaires du Moyen Âge*, Paris, Éditions du Seuil.
- PAVÓN MALDONADO, B. (2009), *Tratado de Arquitectura Hispanomusulmana. Mezquitas*, vol. IV, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas.
- PEREIRA, P.; Ramalho, M. de M. (1997), Pedra de traçaria do Convento de São Francisco de Santarém, *Arqueologia Medieval*, 5, Mértola, pp. 295-301.
- PEREIRA, P.; Ramalho, M. de M. (2001), Segunda “pedra de traçaria” do Convento de São Francisco de Santarém, *Património, Estudos*, 1, Lisboa, pp. 123-128.
- PICOITO, P. (2022), A *De Expugnatione Lyxbonensi* à luz da investigação recente. Crónica de uma revisão anunciada, *Medievalista (Online)*, vol.32, 8pp.([https:// journalsopeneditorsorg / medievalista/5754](https://journalsopeneditorsorg/medievalista/5754)).
- PIMENTA, A. (ed.) (1982), *Fontes Medievais da História de Portugal, vol. I. Anais e Crónicas*, 2ª ed., Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora.
- PINCHA, J. P. (2021), Houve uma mesquita na Sé? A dúvida desenterrou a guerra entre arqueólogos, *Público*, 11529, p. 22.
- REAL, M. L. (1994), Baixo-relevo ornamental, in D’Intino, R. (coord.), *Lisboa Subterrânea*, Lisboa, Museu Nacional de Arqueologia, p. 233, nº 286.

- REAL, M. L. (1995), Inovação e resistência: dados recentes sobre a antiguidade cristã no Ocidente Peninsular, in Gurt, J. M.; Tena, N. (coords), *IV Reunião de Arqueologia Cristiana Hispânica*, Barcelona, Universitat de Barcelona, Universidade Nova de Lisboa, pp. 9-68.
- REAL, M. L. (2000), Portugal: Cultura visigoda e cultura moçárabe, *Anejos de Archivo Español de Arqueología*, XXIII, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 21-75.
- RODRIGUES, J. (1995), O Mundo Românico (séculos XI-XIII), in Pereira, P. (dir.), *História da Arte Portuguesa*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 180-263.
- SALGADO, Fr. V. (1786), *Memórias Ecclesiasticas do Reino do Algarve*, Lisboa, Regia Officina Typografica.
- SANTOS, F. (2022), *O Médio Tejo dos Meados do Século IX à Primeira Metade do Século XIII: Militarização e Povoamento*. Departamento de História, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- SHANKS, M.; HODDER, I. (1995), Processual, Postprocessual and Interpretative Archaeologies, in Alexandri, A.; Buchli, V.; Carman, J.; Hodder, I.; Last, J.; Lucas, G.; Shanks, M. (eds), *Interpreting Archaeology, Finding Meaning in the Past*, London, Routledge, pp. 238-242.
- SILVA, R. B. da; GOMES, R. V.; GOMES, M. V. (2021), O bairro islâmico da Praça da Figueira (Lisboa), in Gomes, R. V.; Gomes, M. V.; Tente, C. (ed.), *Cristãos e Muçulmanos na Idade Média Peninsular. Encontros e Desencontros*, Lisboa, Instituto de Arqueologia e Paleociências da Universidade Nova de Lisboa, pp. 17-25.
- SIMONET, F. J. (1985), *Historia de los Mozárabes de España*. Tomo 3, Madrid, Ediciones Turner.
- SOURDEL, D.; SOURDEL-THOMINE, J. (2013), *Vocabulaire de l'Islam*, Paris, Presses Universitaires de France (Collection Que sais-je?).
- SOUSA, A. D. de C. e (Abade de Castro) (1845), *Itinerario, que os Estrangeiros, que Vem a Portugal, Devem Seguir na Observação, e Exame dos Edifícios, e Monumentos mais Notáveis do Reino*, Lisboa, Typografia da Historia d'Hispanha.
- SUCENA, E. (2004), *A Sé Patriarcal de Lisboa: História e Património*, Lisboa, Sete Caminhos.
- STIERLIN, H. (1997), *Islão de Bagdade a Córdova, A Arquitectura Primitiva do Século VII ao Século XIII*, Lisboa, Taschen.
- SUMMAVIELLE, E. (1986), *Igreja de Santa Maria Maior, Sé de Lisboa*, Lisboa, Instituto Português do Património Cultural / Editora Teorema.
- TORRES, C. (1992), A Sé Catedral da Idanha, *Arqueologia Medieval*, 1, Mértola, pp. 169-178.
- TUI LEONETTI, B.; DÉLÉRY, C. (2014) – Fès à l'aube du Maghreb al-Aqsa, in Lintz, Y.; Simou, B.; Déléry, C.; Boulghallat, A.; Leonetti, B. T. (eds), *Maroc Médiéval - Un Empire de l'Afrique à l'Espagne*, Paris, Louvre Éditions, pp. 118-123.
- TUI LEONETTI, B.; DÉLÉRY, C. (2014a) – Agmat et Marrakech à l'époque almoravide, in Lintz, Y.; SIMOU, B.; DÉLÉRY, C.; BOULGHALLAT, A.; LEONETTI, B. T. (eds), *Maroc Médiéval - Un Empire de l'Afrique à l'Espagne*, Paris, Louvre Éditions, pp. 170-172.
- TUI LEONETTI, B.; DÉLÉRY, C. (2014b) – L'œuvre des Almoravides à Tlemcen, in Lintz, Y.; SIMOU, B.; DÉLÉRY, C.; BOULGHALLAT, A.; LEONETTI, B. T. (eds), *Maroc Médiéval - Un Empire de l'Afrique à l'Espagne*, Paris, Louvre Éditions, pp. 212-217.
- VEIGA, S. P. M. E. da (1910), Antiguidades Monumentaes do Algarve, Capítulo V, *O Archeologo Português*, XVI, Lisboa, pp. 209-233.
- VIANA, A. (1949), Restos de Ossónoba, no Largo da Sé em Faro, Lisboa, *Revista do Sindicato dos Engenheiros Auxiliares, Agentes Técnicos de Engenharia e Condutores*, anos III e IV (nºs 39-46), pp. 359-373, 407-414, 446-454, 488-492.

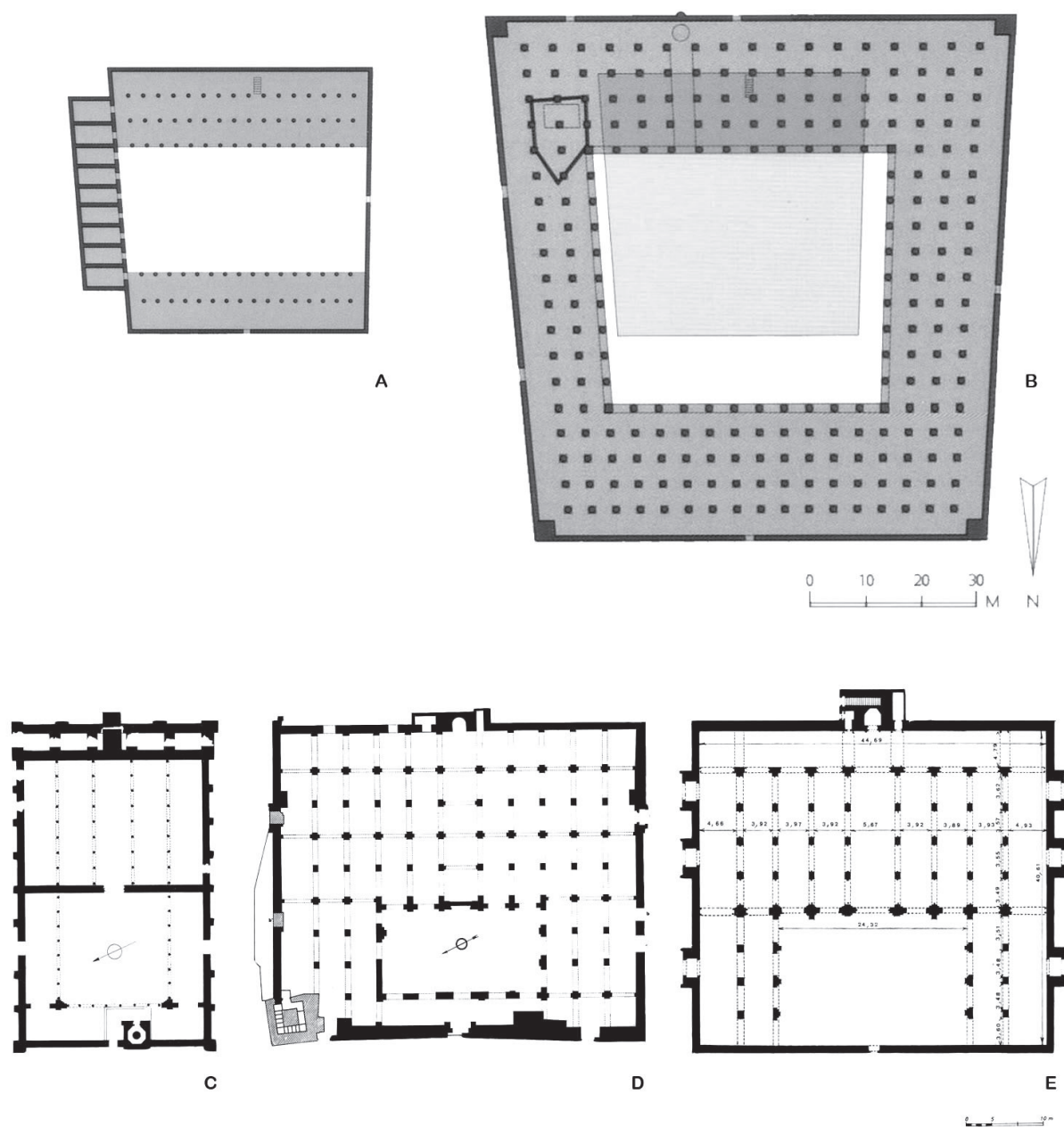


Fig. 1: A. Casa do Profeta Maomé, em Medina (ca 622-632); B. Mesquita de Medina (707-709), edificada no sítio da Casa do Profeta, pelo Califa al-Walid I; C. Mesquita de Medinat al-Zahra (séc. X); D. Mesquita de Alger (séc. XII); E. Mesquita de Tinmal (séc. XII) (Adaptado de: A- STIERLIN 1997: p. 28; B- p. 30; C- GOLVIN 1979: p. 97, fig. 23; D- p. 176, fig. 62; E- p. 250, fig. 83).

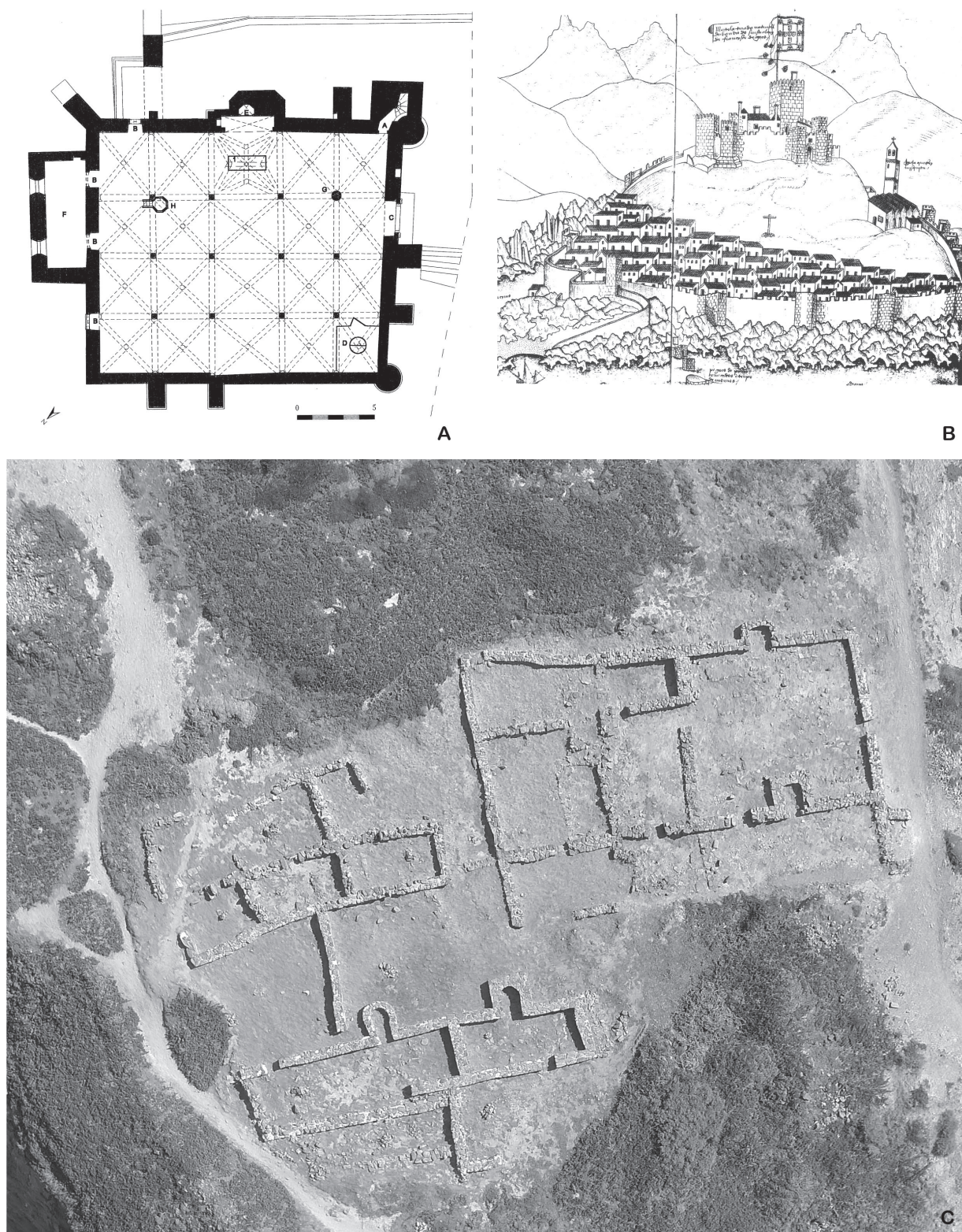


Fig. 2: A. Mesquita de Mértola. Igreja de Nossa Senhora da Assunção, a partir de 1238 (DGEMN 1953: nº 71); B. Vista de Mértola por Duarte de Armas (1997, nº 5); C. Fotografia aérea do Sector 1 do Ribãt da Arrifana, vendo-se ruínas de quatro mesquitas (©António Franco – 4Screen).

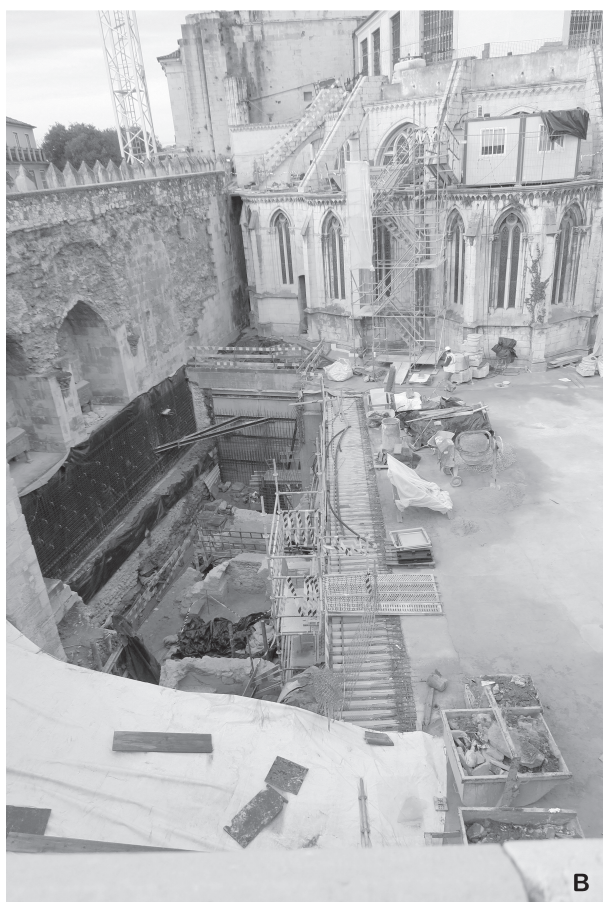
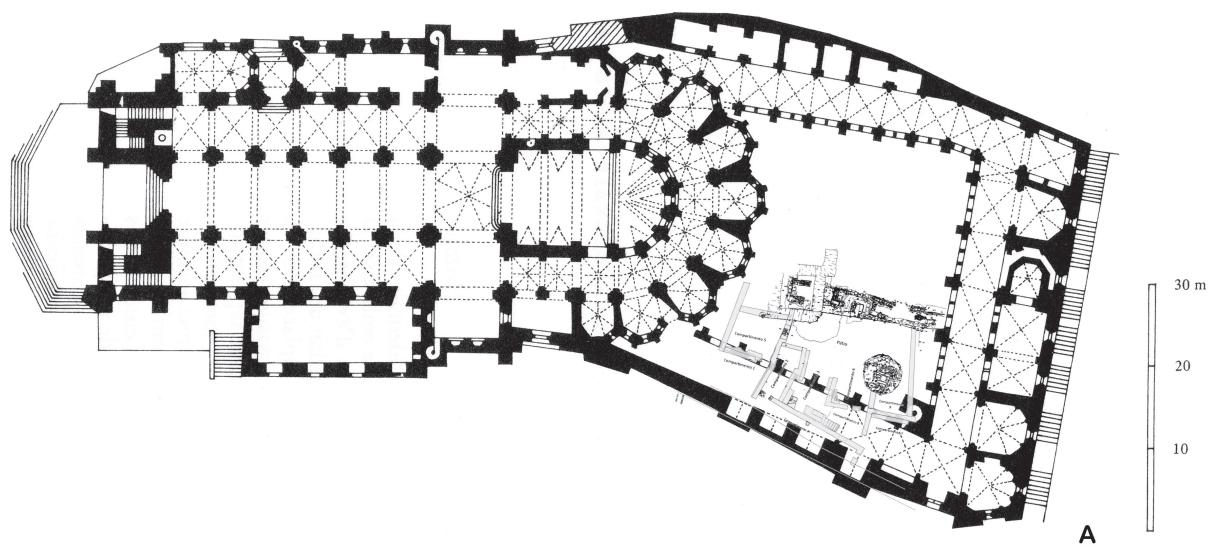
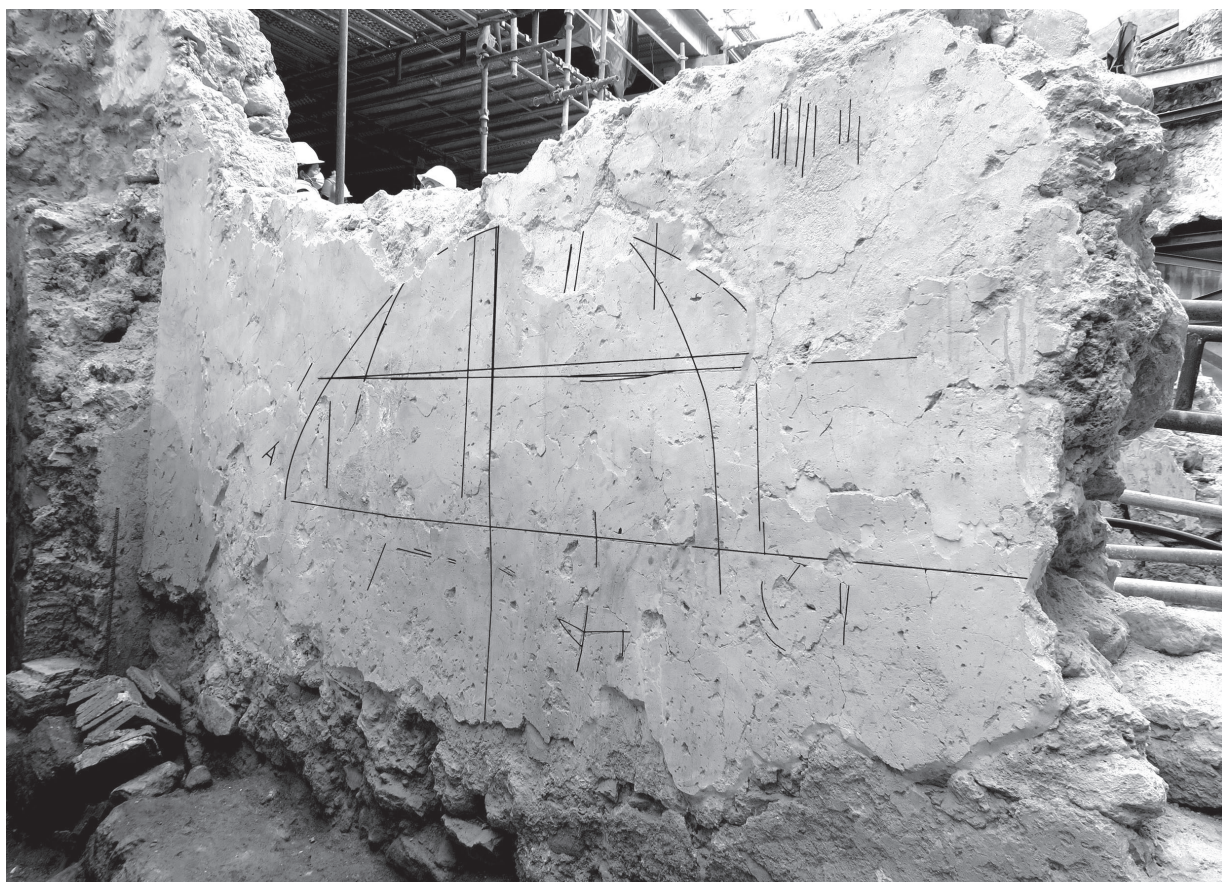


Fig. 3: A. Planta da Sé de Lisboa, com o claustro e local das escavações arqueológicas 2010-2022 (seg. A. do COUTO, alterado, in J. de CASTILHO 1936: p. 33); B e C. Aspectos das escavações na zona sul do claustro da Sé (fotos J. Gonçalves, 11.11.2020).



A



B

Fig. 4: Grafitos, em paredes do sector sul do claustro da Sé de Lisboa, realçados (fotos J. Gonçalves, 11.11.2020).

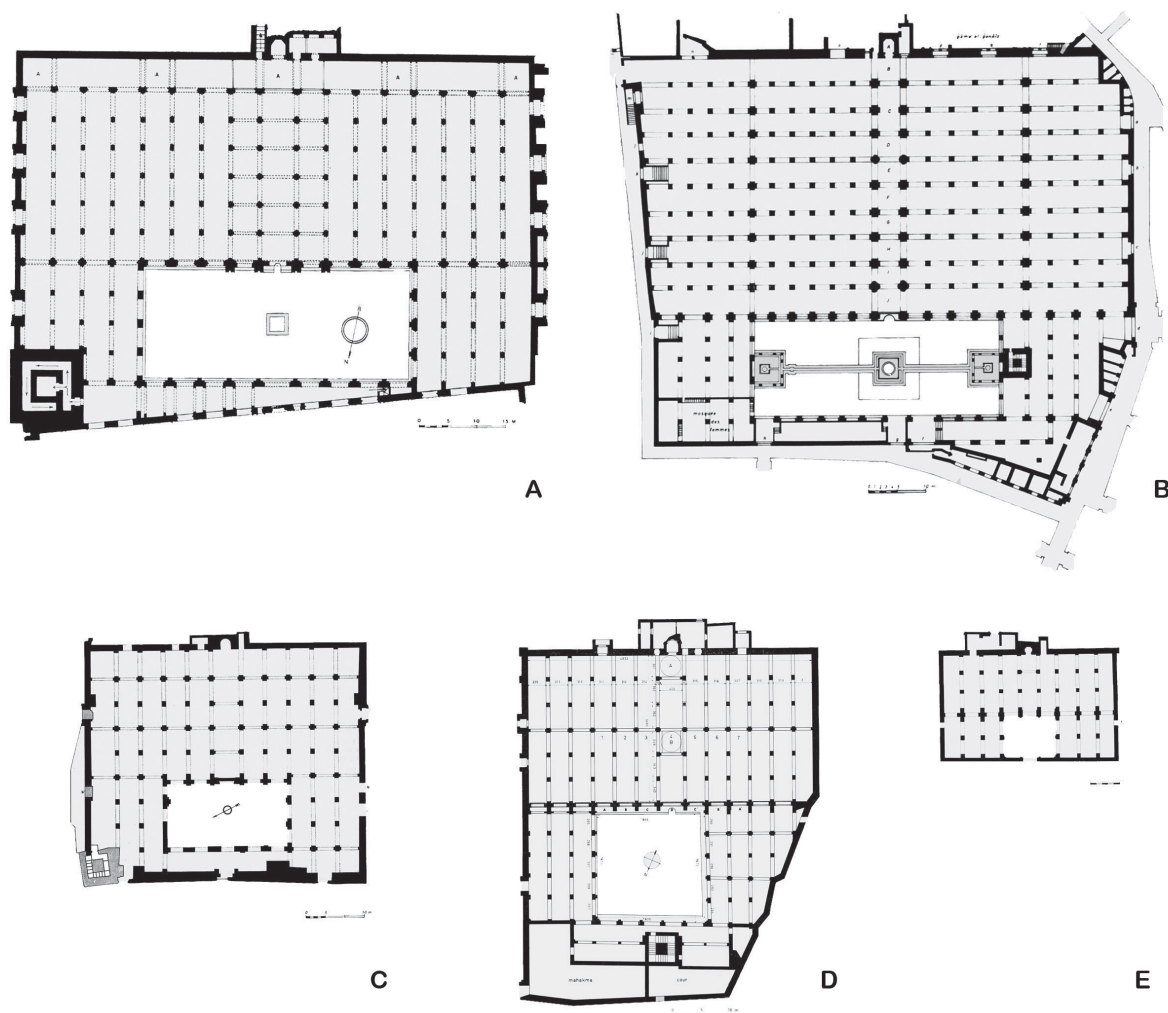


Fig. 5: Planos das mesquitas que, segundo A. Gaspar e A. Gomes, serviram como paralelos para as estruturas que exumaram no sector sul do claustro da Sé de Lisboa, num exercício de comparar o incomparável. A. Marraquexe; B. Fez; C. Argel; D. Tlemcen; E. Nédroma (Adaptado de: A- GOLVIN 1979: p. 254, fig. 84; B- p. 205, fig. 68; C- p. 176, fig. 62; D- p. 184, fig. 64; E- p. 172, fig. 60).



Fig. 6: Recortes de publicações que, indevidamente, referem a presença de testemunhos de mesquita sob o claustro da Sé de Lisboa.